

**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE- CAMPUS ARACAJU
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT**

MILENE SOARES DE MEDEIROS

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E GÊNERO: o mundo do trabalho sob a perspectiva
dos/das estudantes LGBT do IFS.

Aracaju
2020

Milene Soares de Medeiros

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E GÊNERO: o mundo do trabalho sob a perspectiva
dos estudantes LGBT do IFS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elza Ferreira Santos.

Aracaju
2020

M488e Medeiros, Milene Soares de.
Educação profissional e gênero: o mundo do trabalho sob a perspectiva dos/das estudantes LGBT do IFS / Milene Soares de Medeiros. – Aracaju, 2020.
106f.: il.

Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.
Orientador: Prof^a. Dr^a. Elza Ferreira dos Santos.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Ensino – Inclusão social. 3. Gênero. I. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Santos, Elza Ferreira dos. III. Título.

CDU: 377.36

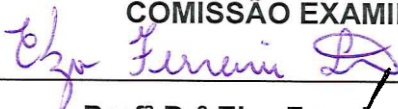
MILENE SOARES DE MEDEIROS

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E GÊNERO: o mundo do trabalho
sob a perspectiva dos/das estudantes LGBT do IFS.

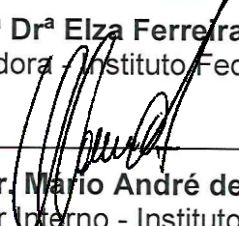
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Sergipe – Campus Aracaju, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 03 de abril de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



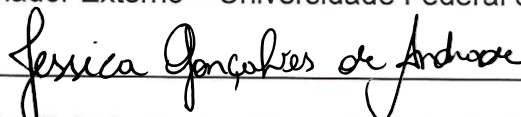
Prof^a Dr^a Elza Ferreira dos Santos
Orientadora - Instituto Federal de Sergipe



Prof. Dr. Mario André de Freitas Farias
Examinador Interno - Instituto Federal de Sergipe



Prof. Dr. Alfrancio Ferreira Dias
Examinador Externo – Universidade Federal de Sergipe



Prof^a Dr^a Jéssica Gonçalves de Andrade
(Avaliadora Externa ao Programa - IFS)

MILENE SOARES DE MEDEIROS

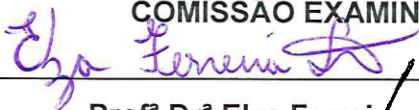
Documentário

LGBT e trabalho: Uma Jornada de conquista e liberdade.

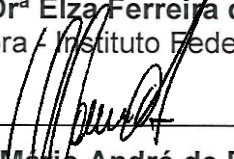
Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Sergipe – Campus Aracaju, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado e validado em 03 de abril de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA



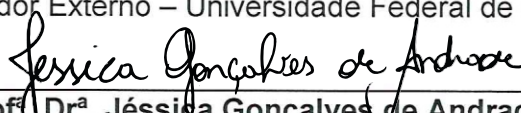
Profª Drª Elza Ferreira dos Santos
Orientadora - Instituto Federal de Sergipe



Prof. Dr. Mario André de Freitas Farias
Examinador Interno - Instituto Federal de Sergipe



Prof. Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
Examinador Externo – Universidade Federal de Sergipe



Prof. Drª. Jéssica Gonçalves de Andrade
(Avaliadora Externa ao Programa - IFS)



*A todos e todas que buscam seu lugar no mundo,
inclusive no mundo do trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Realizar essa pesquisa de mestrado não foi de longe tarefa fácil. Menos ainda tarefa solitária. Este trabalho foi uma construção em diversos sentidos e com a ajuda de diversas pessoas. O resultado foi a gratidão e sensação não de dever cumprido, mas ao contrário, de início de um longo caminho ainda a percorrer. Há tantas coisas ainda que podem ser ditas, questionadas, pesquisadas, realizadas... e é preciso dar um passo de cada vez.

Neste primeiro passo que foi dado, me acompanharam no caminho algumas pessoas às quais não posso deixar de expressar minha imensa gratidão.

Agradeço à minha mãe, Irene, mulher que lutou bravamente (e ainda luta todos os dias) para ter seu lugar no mundo do trabalho e assim poder criar e educar seus filhos. Obrigada porque sem nunca ter tido a oportunidade de estar em uma sala de aula, nos mostrava que a maior riqueza que poderíamos ter era o conhecimento e por isso a educação sempre foi prioridade em nossa casa.

Agradeço às minhas irmãs, Giza e Nayara, a primeira, por me mostrar (não por ouvir falar, mas por sentir na pele) que o problema do preconceito é real e atinge a vida dos LGBT em todos os sentidos, a segunda por ser uma das mulheres mais fortes que já conheci e que graças à sua força interior e à força do seu trabalho constrói dia após dia seu lugar no mundo.

Ao meu irmão Leo, que é irmão, pai, amigo e que no seu trabalho como professor também luta para que seus alunos possam aprender a fazer a diferença e construir um mundo mais justo.

Ao meu esposo Joeliton, que presenciou cada momento deste trabalho como se de fato nossas vidas fossem uma só. Obrigada pela paciência, pela participação e por todo amor que você demonstra todos os dias. Não seria possível sem você.

À minha amiga Miriam, que acreditou em mim desde o vestibular... e que segue até hoje reafirmando que eu consigo. Obrigada pela confiança, pelo otimismo, pela amizade e pela compreensão das ausências.

Agradeço à minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Elza Ferreira Santos, que não me orientou apenas na pesquisa, mas na vida. A cada vez que dizia: “ vamos fazer só o que é possível”, eu passava a

refletir até onde era possível de fato, até onde eu poderia ir, através de que meios, com a ajuda de quais pessoas e sempre conseguia dar mais passos do que eu achava que podia. Entendi que sempre e que de alguma forma tudo é possível.

Aos meus colegas de mestrado da turma de 2018, que me ajudaram em todo tempo em tudo! E a Ieda e Raphaella, da turma de 2017 que também estiveram presentes durante este caminho. Obrigada a cada um e a cada uma.

Agradeço em especial à Carol, Manu, Wânia e ao Professor Dr. Marco Arlindo, por tornarem possível a realização desta pesquisa no Campus São Cristóvão sempre me recebendo com todo carinho e ao professor Rafael Jacaúna e Ana Cecília por participarem da pesquisa compartilhando seus momentos e experiências enquanto professor e psicóloga do IFS.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da UFS que viveram esses momentos junto comigo e por sua ajuda em minhas ausências.

Agradeço aos alunos do campus São Cristóvão, por serem os maiores entusiastas deste trabalho!

Agradeço ao meu cunhado, Almeida Júnior, por ajudar a tornar possível o documentário, e ao professor Alfrâncio e a professora Jéssica, que me orientaram na condução da pesquisa na banca de qualificação. Obrigada por tornarem isso possível.

Finalmente agradeço a Deus que mostrou nesse tempo e através das histórias ouvidas durante esse trabalho, que embora hajam injustiças e todos tenham seus desafios, se não estivermos sozinhos tudo pode ser ressignificado. Afinal, “somos nós quem fazemos a vida como der ou puder ou quiser...” Obrigada Deus!

“... eu sei que a vida devia ser bem melhor e será, mas isso não impede que eu repita: é bonita, é bonita e é bonita!”. (Gonzaguinha)

“Um LGBT, um gay que depende de si mesmo e tem o seu dinheiro, ele é tratado de uma maneira totalmente diferente de todos ao seu redor. Seja de amigo a inimigo. Um gay quando ele tem o seu dinheiro, tem o seu emprego, ele se torna mais respeitado”.

(Ryan Mateus, estudante do curso de técnico em alimentos do IFS)

Pálidos, ouviram expressões como "relação anormal e ostensiva", "desavergonhada, aberração", "comportamento doentio", "psicologia deformada", sempre assinadas por Um Atento Guardião da Moral [...] conseguiu ainda dizer a palavra nunca, antes que o chefe, entre coisas como a-reputação-de-nossa-firma, declarasse frio: os senhores estão despedidos.

(ABREU, 2005, p. 88)

RESUMO

Em um país cujo sistema educacional formal é voltado para a formação para o trabalho e onde estatisticamente faltam mais oportunidades de educação e emprego para os grupos considerados minorias, esta pesquisa objetiva conhecer as perspectivas dos alunos LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros - do IFS Campus São Cristóvão em relação ao mundo do trabalho e o papel da Educação Profissional e Tecnológica em suas trajetórias. Ela se insere no Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT-IFS) e está vinculada à linha de pesquisa de Práticas Educativas em Educação Profissional. Objetivando desenvolver um produto educacional que sirva de instrumento para o debate sobre gênero dentro e fora do espaço escolar, criamos um documentário a partir das narrativas dos/das estudantes durante a pesquisa em campo. Tomamos como aporte teórico os estudos de Butler (2007; 2018), Louro (2007; 2008; 2013; 2014; 2018), Dubar (2006; 2012); Bauman (2001; 2005) Ramos (2005; 2008; 2017) dentre outros que demonstram a relação escola, sociedade, trabalho e gênero. O foco de nosso recorte foram os alunos do Campus São Cristóvão (IFS) que se autodeclaram LGBT. Para tanto, adotou-se a pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como caminho metodológico as entrevistas individuais, cuja gravação e análise serviram para a composição do documentário bem como corpo de análise desta dissertação. Acreditamos que a principal contribuição foi levar para a educação profissional o tema do trabalho a partir das questões de gênero e da partilha de experiências dos próprios alunos, possibilitando a construção de laços de empatia, respeito e solidariedade no enfrentamento das injustiças e preconceitos presentes na escola e no mundo do trabalho. Espera-se que a pesquisa e documentário contribuam para que a Educação Profissional, contrapondo-se a projetos conservadores que implicam desigualdades e injustiças, possam intervir positivamente na construção do futuro de seus alunos e que estes de acordo com seus desejos, motivações e formação possam escolher seu caminho profissional.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Gênero. Trabalho. LGBT.

ABSTRACT

In a country whose formal educational system is geared towards the work and where statistically more education and employment opportunities are lacking for groups considered minorities, this research aims to understand the perspectives of IFS LGBT students in relation to the world of work and the role of Professional and Technological Education in their trajectories. It is part of the Graduate Program in Professional Master in Professional and Technological Education (PROFEPT-IFS) and is linked to the line of research in Educational Practices in Professional Education. Aiming to develop an educational product that serves as an instrument for the debate on gender inside and outside the school space, we created a documentary based on the narratives of the students during the field research. We take as a theoretical contribution the studies of Butler (2007; 2018), Louro (2007; 2008; 2013; 2014; 2018), Dubar (2006; 2012); Bauman (2001; 2005) Ramos (2005; 2008; 2017) among others that demonstrate the relationship between school, society, work and gender. The focus of our section was the IFS students from the São Cristóvão Campus who declared themselves LGBT- lesbian, gay, bisexual, transsexual and transgender. To this end, a qualitative approach research was adopted, using individual interviews as the methodological path, whose recording and analysis served for the composition of the documentary as well as the body of analysis of this dissertation. We believe that our main contribution was to bring the theme of work to professional education in a poorly presented way, that is, based on gender issues and the sharing of experiences of the students themselves, enabling the construction of bonds of empathy, respect and solidarity in tackling the injustices and prejudices present at school and in the world of work.

The results obtained from this work as well as its educational product meet the initial objectives. It is hoped that the research as well as the documentary coming from it will contribute so that Professional Education, in opposition to conservative projects that imply inequalities and injustices, can intervene positively in the construction of the future of its students and that these according to their free choices, motivations and skills can choose their professional path.

Keywords: Professional and Technological Education. Gender. Work. LGBT.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cartaz do Seminário gênero e sexualidades em fluxo.....	38
Figura 2:Arte de divulgação do Projeto Stop Bullying	38
Figura 3:: cartaz de divulgação do I fórum de diversidade de gênero.	39
Figura 4: Alunos e servidores no Encontro de violências de gênero e racial como problemas de saúde no Brasil.	40
Figura 5: Rei e rainha do Carnaval 2019.....	42
Figura 6: Mostra Cine Literária	42
Figura 7: Cartaz de divulgação do Evento “Mulheres em pauta”.....	59
Figura 8: cartaz de divulgação do Seminário “As empresas já saíram do armário?”	61
Figura 9: Abertura do documentário	87
Figura 10: Cena do documentário.....	88
Figura 11: Exibição do documentário	89
Figura 12: Exibição do documentário	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de estudantes que se sentem inseguros (as) na escola por causa de alguma característica pessoal.....	33
Gráfico 2: Percentual de espaços evitados por estudantes LGBT porque se sentem inseguros (as) ou constrangidos (as)	34
Gráfico 3: Realidade de trabalho de transexuais e travestis	49
Gráfico 4: profissão das vítimas assassinadas	50
Gráfico 5:Regiões onde ocorreram as tentativas de homicídio em 2018	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:Graduandos (as) por gênero, segundo a região geográfica do campus	35
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

AMORSETRANS - Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis.

AMOSERTRANS - Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis.

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das instituições Federais de ensino Superior.

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

ASTRA - Associação de Travestis e Transexuais.

CAE - Coordenadoria de Assuntos Estudantis.

CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde.

CRE – Coordenação de Registros Estudantis

DIAE - Diretoria de Assuntos Estudantis.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

EPT - Educação Profissional e Tecnológica.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

IF - Institutos Federais.

IFS - Instituto Federal de Sergipe.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

LGBT - gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros.

MEC- Ministério da Educação.

NAPNE - Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas.

NAT - Núcleo de Apoio ao Trabalho.

OAB - Ordem dos advogados do Brasil.

ODS – Objetivos para o desenvolvimento sustentável.

OIT - Organização Internacional do Trabalho.

OMS - Organização Mundial da Saúde.

ONG - Organização não governamental.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PNE - Plano Nacional de Educação.

PPI/IFS - Projeto Político Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Sergipe.

PROCIS - Programa de Combate à Intimidação Sistemática.

REDETRANS - Rede Nacional de Pessoas Trans.

RFEPCCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

RME - Rede Mulher Empreendedora.

SEIT - Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho.

SEPLOG - Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão.

SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica.

UNIDAS - Associação de Travestis Unidas Pela Cidadania.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO: ONDE O GÊNERO (R) EXISTE?	25
O gênero na Educação.....	25
O IFS e as questões de gênero	36
O corpo nas corporações: quem emprega o LGBT?	43
3 METODOLOGIA.....	56
4 PRODUTO EDUCACIONAL.....	64
5 DOS BASTIDORES À EXIBIÇÃO	72
Luz: ideias, bastidores e construção da entrevista	72
Câmera – as narrativas sobre o mundo do trabalho	80
Ação: a exibição do documentário.....	86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A	101
APÊNDICE B.....	103
ANEXO.....	104

1 INTRODUÇÃO

“O trabalho em si, ele é importante pra todo mundo, mas pro LGBT eu acho que tipo, é como se fosse uma conquista, é uma batalha. ”

(Estudante D)

Falar sobre a diversidade sexual nas escolas é ainda um grande desafio nos dias de hoje, especialmente na educação pública. Em nosso país, o atual momento político, social e econômico tem sido tomado por ideias conservadoras desde a vitória de figuras políticas de extrema direita na disputa pelas eleições.

Nos últimos anos observamos de maneira mais acentuada o avançar de discursos, decisões e projetos de lei que ferem os direitos e conquistas das minorias, especialmente às pessoas LGBT. Nesse sentido vimos desde discursos sem fundamento algum na realidade, como a chamada “ideologia de gênero” ou o “kit gay”¹ até a disseminação de notícias falsas através de canais de comunicação, em especial através das redes sociais, que legitimavam preconceitos, violência e ataques às minorias.

Destacamos nesse cenário: a medida Provisória 870, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro que retira a comunidade LGBT do novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; a retirada da cartilha de saúde para o homem trans pelo Ministério da Saúde; a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) no Ministério da Educação; a exoneração de funcionários comprometidos com a pauta LGBT no Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, HIV/AIDS e Hepatites Virais. Essas medidas afetam diretamente a garantia de direitos à saúde e cidadania das pessoas LGBT.

¹ A ideologia de gênero se constitui em uma falácia que fomentou discussões sobre os planos de educação brasileira com o propósito de anular conquistas relativas aos direitos humanos, à educação, à igualdade de gênero e à erradicação da discriminação e violência motivadas por gênero, orientação sexual e identidade de gênero, com a alegação de que discutir tais assuntos nas escolas seria uma forma de destruição da “família tradicional” brasileira, uma forma de abrir caminhos à pedofilia e ao fim da “ordem natural” das relações entre os gêneros.

Quanto ao kit gay, é uma mentira que foi criada e divulgada com base em um Caderno e kit de ferramentas educacionais lançados em 2004 pelo governo federal em articulação com o movimento LGBT e que fazia parte do Programa Brasil sem Homofobia. O caderno tinha como objetivo levar às questões de gênero ao debate nas escolas buscando combater a violência e discriminação contra o LGBT e promover a cidadania homossexual, porém, foi falsamente chamado kit gay, pois um outro livro, que nunca foi distribuído nas escolas chamado *Aparelho Sexual e Cia.*, de Bruller (2018) foi divulgado amplamente através de fake News e pelo então candidato à presidência Jair Bolsonaro como sendo o livro lançado pelo governo federal.

Essas ideias atingem também a educação nos fazendo assistir, não indiferentes nem imóveis, a retrocessos que vão desde a criação de projetos de lei, cujas bases são o fundamentalismo religioso e os interesses políticos,² à ameaça de cortes de recursos e diminuição de vagas nas instituições públicas, dificultando ou impossibilitando em certos casos, a oferta de uma educação de qualidade, digna, crítica e libertadora.

Se o acesso à educação por muito tempo foi privilégio das elites, a democratização do ensino nos últimos anos tornou o ambiente escolar plural, com a presença de diferentes culturas, papéis comportamentos e corpos. Em contrapartida, com este retrocesso que afeta a educação, a diversidade no ambiente escolar é comprometida e os mais diretamente atingidos são a classe trabalhadora, as mulheres e as pessoas LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, e outras possibilidades de orientação sexual/ identidade de gênero).³

Ao impedir que se desenvolvam discussões sobre temas como gênero, orientação sexual, diversidade e outros, naturaliza-se a não contestação dos papéis atribuídos ao masculino e ao feminino em nossa sociedade acentuadamente heteronormativa, sem contar que a redução de recursos para a educação limita o acesso às Instituições escolares pelo público de menor condição social.

O sistema educacional formal no Brasil está estruturado prioritariamente para o mercado de trabalho⁴. Para Saviani (2005, p. 22) “a educação passou, pois, a ser concebida como dotada de um valor econômico próprio e considerada um bem de produção (capital) e não apenas de consumo. ” Nesse sentido, não no sistema educacional brasileiro uma clara

² Um exemplo é o movimento escola sem partido (projeto de lei 7180/014) que inspirou outros projetos e em suas medidas acrescenta ao artigo 3º da Lei de diretrizes e bases da educação: “a educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero, ou orientação sexual.”. Em dezembro de 2017, o MEC confirmou a mudança no texto da base Nacional Comum Curricular e retirou de sua última versão os termos orientação sexual e gênero.

³ Embora esta pesquisa trate de todos os gêneros e suas denominações, sem distinção, adotamos a sigla LGBT como referência genérica para designar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Existem outras siglas (LGBTQ+, LGBTQIA+ e outras) que incluem ainda as pessoas que se denominam queers, pansexuais, assexuais e outros, mas por ser esta a usada na linguagem dos alunos participantes da pesquisa durante as entrevistas e por estar assim escrita nos documentos do Instituto que se referem às questões de gênero, optamos por fazer uso da sigla LGBT, o que não exclui, de nossa parte, os demais segmentos e variações existentes.

⁴ Nos referimos a mercado de trabalho quando tratamos das relações estritamente profissionais, ou seja, a relação entre oferta e procura de trabalho. Dizemos “educação voltada para o mercado de trabalho” quando nos referimos à uma educação mercadológica, voltada para a condição de inserção e permanência no mercado de trabalho. Já ao utilizarmos a expressão “mundo do trabalho”, tratamos do reconhecimento do espaço onde acontecem os processos de educação e onde o conhecimento é colocado em prática a partir das relações, do surgimento e estímulo à novas formas de pensamento e onde é visada a emancipação do trabalhador. Dizemos educação voltada para o mundo do trabalho, quando nos referimos a uma educação que visa ao entendimento de todo este processo e considera o contexto político, econômico e social.

perspectiva de formação humana integral, senão uma formação individual e competitiva que traduz a educação em geração de produtividade e renda e esconde a falta de oportunidades geradas pelo capitalismo sob o signo da meritocracia.

A falta de oportunidades para a maioria da população brasileira, especialmente para mulheres negras e para os LGBT é camuflada sob o véu do desenvolvimento das competências individuais. Mas, como competir em igualdade com quem não teve acesso à educação de qualidade? Como competir em igualdade com aqueles que deixam o ambiente escolar pelo medo da violência, pelo bullying e preconceito? A quem interessa ofertar uma educação de qualidade? A quem interessa ofertar oportunidades iguais de trabalho? A quem interessa educar as minorias? A quem interessa falar de gênero, preconceito e sexualidade a fim de manter LGBT, negros e mulheres na escola?

Movidos por tantas questões como estas chegamos ao tema de pesquisa em gênero na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Destaco que por eu ter formação e exercício profissional na área de Gestão de Pessoas, presenciei diversos casos em que a pessoa LGBT embora tivesse um currículo favorável, não era selecionada para a vaga pretendida, não encontrava oportunidades para fazer uma experiência e mostrar suas habilidades, ou era dispensado (a) por sua aparência que de alguma forma não condizia com o sexo biológico declarado em seus documentos ou não condizia com o “perfil da vaga”. Alguns amigos e familiares mesmo trabalhando enfrentavam um dilema parecido, o de assumir ou não sua sexualidade no trabalho por medo do preconceito, dos rótulos ou mesmo de perder o emprego.

Já ouvi ao longo dessa experiência na área de gestão de pessoas, relatos de quem pela violência psicológica ou mesmo física sofrida no ambiente escolar desistiu dos estudos, comprometendo de fato a oportunidade de exercer um trabalho com maior reconhecimento social ou retorno financeiro digno. O resultado nesse contexto, para um grande número de LGBTs, especialmente se tratando de transexuais ou transgêneros é a prostituição como última ou em alguns casos única alternativa.

Interessava-nos então com essa pesquisa saber se os alunos do Instituto Federal de Sergipe (IFS) que se auto declaram LGBT, tinham conhecimento dessa realidade excludente do mercado de trabalho. Questionamo-los se o que os levou a buscar a EPT tinha alguma relação com essa realidade e quais eram suas expectativas sobre o futuro profissional. Destacamos também que todos os dias a população LGBT sofre diretamente com situações de exclusão de direitos básicos como assistência de saúde adequada, falta de acesso ou exclusão na educação e no mercado de trabalho, ridicularizações e atos de violência moral e física que muitas vezes levam à morte. Sem dúvida, a empatia e o desejo de não assistir inerte a essa

realidade, mas ao contrário, tornar visíveis esses problemas motivaram a execução desse trabalho de pesquisa.

Além disso, percebemos a necessidade que os ambientes acadêmicos e profissionais têm de se conscientizar das realidades e necessidades dos diversos grupos sociais nela inseridos, dentre os quais, o LGBT, foco dessa pesquisa. Entendemos que a educação é uma ferramenta de transformação social que necessita cada vez mais passar do discurso de aceitação das diferenças para o questionamento e discussão sobre em que momento, que contexto e por que algumas características físicas, sociais, psicológicas etc. passaram a ser definidoras de diferença. É necessário indagar onde, como e quais discursos são produzidos e reproduzidos historicamente marcando algumas pessoas como diferentes e privando-os por vezes de direitos básicos como acesso à educação e ao trabalho.

No âmbito do PROFEPT, até o presente momento, existiam pesquisas relacionadas às questões de gênero, porém nenhuma específica ao LGBT. Ao explorar esse tema, estamos considerando que a Educação Profissional e Tecnológica, em sentido amplo, pode colaborar na formação de consciência dos estudantes sobre os processos de transformação da sociedade em que vivemos. Pretendemos dessa forma inserir esse debate nos aportes teóricos de Educação, Trabalho e Gênero e destacar nesta pesquisa o lugar que as relações de gênero ocupam nos debates educacionais no contexto da construção da identidade, inclusão e exclusão na escola e no mundo do trabalho.

Ao pensarmos a Educação Profissional nessa perspectiva transformadora, pretendemos mesmo que minimamente oferecer subsídios que auxiliem a compreender que a educação está vinculada à transformação social (FREIRE, 2008). Espera-se dessa maneira que a comunidade acadêmica possa refletir se para os discentes que vivem dilemas relacionados ao gênero, a educação profissional é um lugar de transformação e construção de suas subjetividades ou se apenas está reproduzindo corpos para atender as necessidades e os padrões impostos pela sociedade.

Para Dubar (2006), todos enquanto seres humanos devem poder encontrar os recursos que lhes permitam acesso à cidadania, porém não é o que acontece para muitos LGBT. Alguns mesmo qualificados ao exercício profissional, não encontram espaço para ingresso e/ou permanência em profissões de suas escolhas.

Isso se deve em parte ao preconceito e desigualdade que permeiam o espaço escolar e o mundo do trabalho. Nesse sentido a Educação Profissional ganha importância pois se constitui em mediação fundamental para os sujeitos advindos da classe trabalhadora na construção de seus projetos de vida e na busca por autonomia. A Educação e o trabalho nesse

aspecto são meios de realização no presente e de perspectivas de futuro. Para isso, a escola deve estar atenta às demandas e as mudanças que ocorrem na sociedade.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Sergipe, (PPPI/IFS, 2014) reconhece ser necessário promover uma educação profissional e tecnológica sintonizada com as demandas sociais e do mundo do trabalho, além de ressaltar dois aspectos relevantes em relação às suas implicações na comunidade: um é o postulado de apreender a realidade social e o outro é a coragem de intervir nessa realidade. O documento ainda afirma que mobilizar-se nessa direção significa condenar toda ação que resulte na exploração do ser humano e atuar para mobilizar o globo e não globalizar o homem.

Ainda no PPI/IFS elaborado para o quinquênio 2020-2024, registra-se que “só a educação ética e apaixonada pelo humano conseguirá por meio da criatividade artística e/ou científica reduzir as precariedades causadas por um sistema capitalista perverso (...) que exclui quem não tem poder de compra ou barganha.” (PPPI/IFS, 2020, p.61). Partindo desse pressuposto notamos o papel fundamental que tem a EPT na construção e intervenção das realidades sociais, especialmente no que diz respeito aos LGBT que por tantas vezes são excluídos da sociedade por não terem o poder de compra/posição ou situação sócio-profissional condizente com a daqueles que conseguem inserir-se no mundo do trabalho.

Considerando ainda que as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio mostram por meio do capítulo II da Resolução nº 6, de 20 de Setembro de 2012, que o reconhecimento das identidades de gênero é um dos princípios que norteia os cursos técnicos, assim não há como separar o papel da EPT, as relações de gênero, a sociedade e o trabalho. Ao contrário, há cada dia maior necessidade de se pensar estratégias para a desconstrução do caráter binário e excludente das construções de gênero na sociedade e nas Instituições, a fim de que haja equidade no cotidiano escolar e no mundo do trabalho, dando a esses estudantes oportunidade de ingressarem capacitados e dignamente nas atividades econômicas.

Tal razão, entretanto, não defende a formação dos alunos da Educação Profissional priorizando atender as demandas exclusivas do mercado de trabalho, pois desta maneira estaríamos agindo em direção contrária ao princípio básico do ensino médio Integrado que é a formação do ser humano em sua maneira integral, omnilateral, que de acordo com Ramos (2008) implica formação de outras dimensões no ser humano, que priorize não só o trabalho, mas também a cultura, a ciência e a tecnologia.

Alguns dados de pesquisas inspiraram o tema de nosso estudo. Uma pesquisa encomendada em 2009 pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) mostrou que muitas vezes o preconceito e a discriminação no ambiente escolar resultam em situações em que pessoas são humilhadas, agredidas ou acusadas injustamente simplesmente pelo fato de fazerem parte de algum grupo social específico e que estas práticas discriminatórias têm como principais vítimas os alunos negros, pobres e homossexuais, com médias de 17%, 18% e 19% respectivamente para o índice percentual de conhecimento de situações de *bullying* nas escolas entre os diversos públicos pesquisados. (MEC, 2009).

A realidade de desconforto no espaço escolar continua no ambiente de trabalho. Se estes alunos evadem por não sentirem na escola um lugar seguro, menos chances terão de exercer uma profissão movido por seu desejo e escolha. Em torno dessa problemática buscamos desenvolver este estudo não apenas para explicitar um problema social, mas para desenvolver uma ferramenta que auxilie a combater a discriminação dos LGBT no ambiente escolar e para além dele.

Objetivamos trazer ao ambiente acadêmico reflexões sobre a trajetória dos alunos e futuros profissionais LGBT, bem como verificar as perspectivas de inserção no mundo do trabalho por esse público. Para esse fim, elaboramos ao longo dessa pesquisa um documentário como instrumento de debate sobre as questões de gênero nas Instituições, pois percebemos como a ausência do entendimento dessas questões na sociedade (e também na comunidade acadêmica) traz consequências negativas nas escolhas profissionais, permanência escolar e atividades cotidianas desses sujeitos.

Partindo das motivações acima e considerando o Instituto Federal de Sergipe (IFS), Campus São Cristóvão, como locus da pesquisa, temos por objetivo geral: Conhecer as perspectivas dos alunos LGBT do IFS em relação ao mundo do trabalho e o papel da Educação Profissional e Tecnológica em suas trajetórias, retratando suas narrativas em um documentário que sirva de instrumento didático para futuros debates e reflexões sobre as questões de gênero.

Para alcançar o objetivo geral, traçamos um caminho que partiu dos seguintes objetivos específicos:

- Conhecer as motivações existentes nos alunos LGBT para ingresso e permanência na educação profissional.
- Verificar se existem situações de desigualdade ou preconceito em torno dos alunos LGBT do IFS São Cristóvão.
- Identificar suas perspectivas em relação ao futuro profissional e se estão relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica.

- Criar um documentário no qual se apresentem narrativas dos alunos LGBT do IFS com suas trajetórias de conquistas, enfrentamentos e perspectivas de futuro.

O documentário como objetivo de pesquisa surgiu da necessidade de tornar visível a trajetória dos alunos LGBT. Buscamos para isso a elaboração de um instrumento artístico-didático para pautar debates sobre questões relacionadas à diversidade de gênero e trabalho e, possivelmente, para corroborar na formação de outros estudantes LGBT no decorrer de suas vidas acadêmicas. Pensamos que esta é uma forma de transmissão de saberes com mais facilidade de acesso e maior alcance populacional, que ao mesmo tempo retrata e transmite a realidade pesquisada, além de atender às exigências do mestrado quanto à elaboração de um produto educacional.

Enfim, esta dissertação está organizada em seis capítulos. O primeiro corresponde a esta introdução. O segundo, intitulado “Educação Profissional e trabalho: onde o gênero (r) existe? Divide-se em dois tópicos: “O gênero na Educação”, e “O corpo nas corporações: quem emprega o LGBT?”. Fizemos, em tais itens, uma curta contextualização da Educação Profissional ao longo dos tempos, abordamos, ainda que de modo breve, como sexo e gênero são socialmente construídos e historicamente determinados e como a escola contribui ou não para padronização de corpos e reprodução de uma cultura heterossexista. Adiante apresentamos algumas contribuições e ações que o Instituto Federal de Sergipe (IFS) tem oferecido para as discussões sobre gênero em seus diversos campi. Nesse percurso contamos especialmente com os estudos de Butler (2007, 2018), Louro (2007, 2008, 2013, 2014, 2018) Bauman (2001, 2005) com as contribuições teóricas de Moura (2007), Ramos (2005, 2008, 2017), Ciavatta (2005) dentre outros.

Abordamos ainda durante este capítulo os desafios do acesso ao mundo do trabalho especialmente pelos LGBTs, que enfrentam na linha de frente os desafios de se viver numa sociedade heteronormativa, que hierarquiza as profissões e as divide em dois sexos, resultando em exploração e opressão das chamadas minorias sociais. Mostramos através de dados de pesquisas realizadas no Brasil, como o preconceito é ainda uma realidade presente no mundo do trabalho em diversos estados, incluindo o estado de Sergipe.

O terceiro capítulo trata da metodologia, trazendo o modelo da pesquisa, contextualização do campus São Cristóvão, locus de nossa pesquisa e apresentação dos participantes.

O quarto capítulo apresenta o produto educacional, que é o documentário e seu percurso metodológico de elaboração. No quinto capítulo temos uma análise das narrativas presentes durante a gravação do documentário, onde pudemos perceber como os entrevistados

se veem no contexto social em que estão inseridos, especialmente na Educação Profissional e suas perspectivas em relação ao mundo do trabalho. Neste mesmo capítulo explicamos o processo de aplicação e validação do documentário como produto educacional através de três subseções intituladas “Luz, câmera e ação.” Estas subseções correspondem à análise das falas ocorridas durante toda a pesquisa, desde os bastidores, entrevistas até o momento de exibição do documentário para o público. Finalmente, no sexto capítulo encontram-se as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

Dessa forma esperamos que a pesquisa possa de alguma maneira contribuir para a equidade de gênero na Educação Profissional e que esta ao contrário de reproduzir os estereótipos e preconceitos existentes no mercado de trabalho, possa intervir positivamente nas escolhas e preparação para o futuro profissional de seus alunos de acordo com seus desejos, motivações e formação acadêmica.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO: ONDE O GÊNERO (R) EXISTE?

O gênero na Educação

“E você chega assim, ah terminei meus estudos, agora foco na minha faculdade e conquisto o emprego que eu quero, aquele diploma tem um significado maior do que pra outras pessoas. ”
(Estudante D.)

Atualmente é possível ver nos espaços escolares a presença de um público de classes, etnias e gêneros diversos, mas nem sempre a escola foi esse espaço aberto e diversificado. Em outras épocas grande parte do público que vemos hoje nas escolas não estaria presente por ser esta, historicamente um lugar acessível apenas para um seletto público.

Por muito tempo existiram dois tipos de educação: uma para as elites, outra para os trabalhadores. De tal modo, a escola cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais. A educação de caráter mais instrumental era permitida aos filhos das classes populares, enquanto a educação básica de caráter mais propedêutico era dirigida à formação das elites. A estes se asseguravam a escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso. (MOURA, 2007).

A Educação Profissional surgiu de uma perspectiva assistencialista. De acordo com Moura (2007), tinha o objetivo de amparar aqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, menores abandonados e órfãos, “a fim de que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes. ” (MOURA, 2007, p.6).

Com o passar do tempo, o assistencialismo foi perdendo foco e abrindo espaço para o profissionalismo. No século XX o país já começava a se industrializar e a preocupação de fortalecer a Agricultura, a Indústria e o Comércio trouxeram a mudança para a Educação Profissional, que do caráter assistencialista passa para a preparação de operários para o exercício profissional.

Na educação, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, pretendia assumir a perspectiva de uma escola democrática que pudesse proporcionar oportunidades para todos, mas trouxe uma proposta de organização educacional em duas grandes categorias: as atividades de humanidades e ciências (de natureza intelectual) e cursos de caráter técnico

(de natureza mecânica e manual). Estava clara dessa forma a distinção entre os que pensavam e os que executavam as atividades. (MOURA, 2007).

Apesar de ter sido no início um instrumento de política assistencialista, nos dias atuais a Rede Federal se configura cada vez mais como importante caminho para que todas as pessoas tenham acesso de forma democrática à ciência, tecnologia e às conquistas sociais decorrentes deste acesso.

Muitas mudanças ainda ocorreram no âmbito da Educação Profissional ao longo dos tempos. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos moldes atuais passou por diversas reorganizações institucionais, uma das quais ocorre em 2005, quando o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, anunciou um plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Outra significativa reestruturação foi criar, em 2008, dos Institutos Federais (IF) pela lei nº11.892 numa tentativa de erradicar a dualidade e formar cidadãos reflexivos e críticos na sociedade e no trabalho. (SOUZA E SILVA, 2016).

O objetivo do plano de expansão era implantar escolas Federais de formação profissional e tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições, de preferência em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes das capitais e dos centros mais ricos, com o propósito de atender com qualidade as principais demandas relacionadas à formação profissional. Em 2014 já se contabilizavam 354 unidades de ensino e atualmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) conta com 562 unidades em todos os estados do Brasil. (BRASIL, 2017).

Essa expansão dos Institutos Federais (IF) permitiu o ingresso de mais alunos e consequentemente diversificou o corpo discente, pois nesse contexto de ampliação de matrículas mais pessoas tiveram acesso à Educação, Ciência e Tecnologia ao ingressarem nos Institutos. Pessoas que talvez de outras maneiras que não a das lutas por políticas públicas de acesso à educação, não seriam incluídas na Educação Profissional.

A EPT então se tornou, por assim dizer, palco onde atuam diversos componentes da nossa sociedade: mulheres, negros, pobres, pessoas com deficiência, moradores de zonas rurais etc. Também foram se incluindo neste espaço os homossexuais, bissexuais, transexuais, e outros gêneros.

É nesse contexto de expansão de unidades, de ampliação de matrículas e da possibilidade de uma educação mais igualitária, que a presença de “corpos estranhos”, ganha visibilidade. Vale aqui ressaltar que no conceito de Louro (2018) a expressão “corpos

estranhos” se refere aos sujeitos da sexualidade que desafiam as normas reguladoras da sociedade.

Sobre o ingresso da diversidade no espaço escolar, Charlot (2013) nos diz que um maior acesso à Educação por diferentes sujeitos traz à escola um movimento em direção a mudanças. Segundo o autor, junto a esses novos públicos, surgem também novas contradições sociais gerando uma “crise” que desestabiliza a “paz” da escola elitista.

A escola contemporânea é permeada por contradições estruturais. Enquanto a escola seleciona seus alunos, ela vive em uma situação de relativa paz; quando ela se abre a novos públicos escolares, ingressam também nela várias contradições sociais. Cada vez que acontece uma democratização em uma parte da escola, essa parte entra em “crise”. Por minha parte, prefiro essa “crise” de uma escola democratizada à paz de uma escola elitista. (CHARLOT, 2013, p.22).

A educação passando a contar com a pluralidade de sujeitos, deixava de ser terreno das elites e tornava-se espaço de reunião onde diversos grupos se organizavam e se reconheciam coletivamente. O “centro” materializado historicamente pela cultura do homem branco ocidental, de classe média, passa a ser desafiado e contestado (LOURO, 2013), por um público diverso e diferente de todas as formas. Uma desses públicos, com o qual trabalhamos nesta pesquisa é a comunidade LGBT.

Retomando Louro (2013), percebemos que, ao ingressarem na escola diferentes corpos, o que passa a ser contestado é muito mais do que um sujeito, mas toda uma noção de cultura, ciência, arte, estética e educação que foram por muito tempo associadas a uma matriz cultural dominante. Matriz esta que vem usufruindo, de um modo praticamente inabalável, de uma posição privilegiada de centro enquanto que as outras subjetividades se posicionam às suas margens.

Ainda de acordo com a autora, a escola é, em parte, responsável pela instituição de muitas práticas e concepções que ao longo do tempo interiorizamos como naturais ainda que sejam fatores culturais. Nosso contexto histórico educacional levou-nos a lidar com separações ou dualidades do tipo corpo/mente, trabalho manual/trabalho intelectual.

Nessa linha de pensamento, Louro (2007) argumenta que o corpo, separado da mente, tende a ficar longe da escola, lugar do intelecto, do pensar. A autora nos recorda que com exceção da Educação Física, as outras inúmeras disciplinas dos cursos de formação pouco ou nada dizem a respeito dos corpos, embora os disciplinem desde crianças, como se fôssemos seres incorpóreos dos quais surgem ideias e conceitos. As universidades e escolas parecem produzir seu “corpo de conhecimento” sem o corpo.

O processo de construção das subjetividades e dos corpos é realizado de maneira contínua e pouco perceptível. Os corpos são “fabricados” em práticas rotineiras, cotidianas, comuns e a escola é parte importante desse processo de fabricação dos sujeitos e das diferenças (LOURO 2014).

Sobre esse assunto, afirma a autora:

Por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura, parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas **identidades "escolarizadas"**. Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheçam sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras. **E todas essas lições são atravessadas pela diferença, elas confirmam e também produzem diferença.** (LOURO, 2014, p.65, grifo nosso).

Compreendemos com tal afirmação que a escola produz as diferenças e estas por sua vez tornam-se então referências. A escola destaca, valoriza e por vezes premia o que possui notas mais altas, o que obedece às regras, o que melhor reproduz os gestos, atitude e o comportamento ali ensinado. Este, por sua vez, serve de exemplo a ser seguido, influenciando na constituição das identidades dos outros alunos, que passam a ter modelos de comportamento, sexualidade, aparência, peso, inteligência etc. E a partir desses modelos aprendem o que é certo, errado, normal ou anormal.

Ao longo do tempo os sujeitos vão percebendo qual o seu lugar de acordo com as marcas da escolarização que reproduzem em seus corpos. Quem não traz essas marcas de acordo com o padrão socialmente estabelecido e reproduzido no espaço escolar, passa a ser visto como anormal, diferente, por vezes punido e conseqüentemente colocado à margem. Nas palavras de Louro (2008, p.22) “Não, a diferença não é natural, mas sim naturalizada. A diferença é produzida através de processos discursivos e culturais. A diferença é ensinada”.

Dentro dessa perspectiva, Butler (2007) nos ensina que as sociedades constroem normas que regulam e conseqüentemente materializam os sexos dos indivíduos, e que essas normas regulatórias têm o poder de produzir, reproduzir, demarcar, fazer e diferenciar os corpos, dando existência a certas subjetividades que se ajustam ou se identificam a uma matriz cultural, enquanto que as outras são excluídas. Segundo a autora, essa materialização dos sexos ocorre pelo discurso. É a linguagem que produz os corpos no instante em que os

nomeia, sendo este um processo constrangido e limitado desde o início, pois o indivíduo não decide sobre o sexo que irá ou não assumir, ao contrário, são abertas apenas duas possibilidades pelas normas reguladoras da sociedade.

Ainda sobre esta temática, Louro (2018) e Butler (2007) argumentam que sexo e gênero são efeitos do discurso. Butler exemplifica que o enunciado “é menino” ou “é menina” antes ou no momento do nascimento, já insere no sujeito a partir daí uma expectativa, um discurso sobre o que é ser menino ou menina. Assim, para Butler, “a nomeação é, ao mesmo tempo o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação de uma norma”. (BUTLER, 2007, p.115)

Para essas autoras o gênero e o sexo não são inscrições dadas no natural. Tema semelhante já era tratado por Simone de Beauvoir, numa leitura do feminino como algo elaborado culturalmente. Sua assertiva: “Não se nasce mulher, torna-se mulher” é sucedida pela explicação de que “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade. É o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 2009. p. 267).

Este conceito, do “tornar-se”, presente na assertiva de Beauvoir, nos direciona ao desenvolvido por Louro (2008), ao dizer (não em relação apenas ao campo do feminismo, mas alcançando a todos os gêneros), que nada há de puramente natural em ser homem ou mulher, mas o tornar-se homem ou mulher são processos que acontecem no âmbito da cultura. Para a autora, as construções do gênero e da sexualidade ocorrem ao longo de toda a vida. Louro (2008) segue argumentando que mesmo os corpos considerados “normais” precisam ser produzidos através de acessórios, vestimentas, gestos, procedimentos e atitudes que a sociedade de maneira arbitrária estabelece como adequados e legítimos. Para Louro (2008) e Butler (2007) o sexo e o gênero são construídos, são *performances*, ocorrem ao longo de toda a vida e de forma contínua exigindo investimentos continuados.

Sobre esta temática, Bauman (2005) nos apresenta a ideia de que a identidade não tem a solidez de uma rocha nem é garantida para toda a vida, mas ao contrário, é bastante negociável e revogável. O autor ainda diz que “as identidades flutuam no ar, **algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas a nossa volta** e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2005, p.19, grifo nosso). Tal afirmação nos remete ao argumento de Butler de que o enunciado: “é menino/é menina”, (de fato lançado pelas pessoas à nossa volta) já gera um discurso e expectativa do que é ser homem ou mulher.

Seguindo com Bauman (2005), temos a afirmativa de que na atualidade, há um polo privilegiado da hierarquia global, cujas pessoas podem tecer e desarticular suas identidades mais ou menos à própria vontade. No outro polo, estão as pessoas que tiveram negado o acesso a escolha da identidade, que têm dificuldades para fazer valer seus desejos e manifestar suas preferências, sendo oprimidas por “identidades impostas e aplicadas por outros - identidades de que eles próprios se ressentem, mas que não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam”. (BAUMAN, 2005, p.44)

Neste sentido, percebemos que o conceito de “o polo privilegiado da hierarquia global”, (BAUMAN, 2005) assemelha-se ao conceito de Louro (2007) do homem branco, heterossexual, de classe média, urbano e cristão, como a referência que não precisa mais ser nomeada. Os "outros" sujeitos sociais, que diferem dessa norma/polo é que se tornarão "marcados", desviados, que se definirão a partir dessa referência. Dessa maneira, a mulher é representada como "o segundo sexo" (BEAUVOIR, 2009) e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO 2007).

Seguindo o mesmo argumento, Butler (2018), afirma que a matriz cultural por meio da qual se exige a identificação com o gênero/sexo binário faz com que outros tipos de identidade não possam existir, regulando assim a forma e o significado da sexualidade e repudiando, tornando abjetos os corpos dos sujeitos que diferem da norma. Assim, o discurso de gênero que se restringe ao binarismo homem/mulher atua no sentido de efetuar uma forma reguladora de poder de modo a que essas normas continuem a ser aceitas como universais.

Os estudos de Louro, Bauman e Butler nos levam à compreensão de que as identidades não são fixas ou predeterminadas, mas são originadas pelos discursos de um centro político e de poder heterossexista em torno do qual todas as outras coisas giram.

Esses discursos normativos da sociedade reverberam na escola. Esta em suas práticas de “disciplina”, seja na divisão das atividades entre meninos e meninas, seja no incentivo ou não ao exercício de determinadas profissões por serem consideradas “essencialmente” femininas ou masculinas, ou ainda no silenciamento quanto às questões do gênero, vem dessa maneira propondo histórica e explicitamente a construção de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais, de acordo com os padrões da sociedade em geral.

Dessa maneira, quando meninas ou meninos se dedicam ou se identificam com atividades ou escolhas vistas socialmente como “não naturais” ao seu sexo, isso seria um indicador de que estes sujeitos apresentam um comportamento “desviante”. Identificar-se com

a abjeção do sexo é considerada por vezes ameaça ou perturbação da “ordem natural” das coisas.

O ambiente escolar em relação ao gênero poucas vezes vai além da promoção de atitudes e momentos que divulguem e ensinem a “tolerância”, a “aceitação”, a “inclusão” ou a “convivência” com as diferenças. Ao incluir o tema da diversidade nas escolas, por vezes esse tema não aborda explicitamente a diversidade sexual, ou seja, a legitimidade das diversas formas de expressão de identidades e práticas da orientação sexual, mas, privilegia o termo diversidade como manifestações culturais, artísticas, ordeiras, cooperativas e participativas no convívio social harmonioso. (ARROYO, 2010).

Como resultado de longos processos de lutas de movimentos sociais, como o movimento LGBT, foco de nossa pesquisa, houve pelos últimos governos uma Institucionalização das discussões em torno da diversidade através de políticas educativas do ministério da educação (MEC)⁵, que possibilitaram debates mais consistentes em torno do tema da diversidade, homofobia, bullying, transexualidades, entre outros temas pertinentes a temática de gênero e sexualidade nas escolas.

Esse debate, porém, vem sendo silenciado pela atual política de governo do nosso país que ao invés de continuar a desenvolver políticas de defesa contra a discriminação, impõe uma cultura conservadora que proíbe e estimula a denúncia de discussões de gênero e orientação sexual nas escolas. Destacamos nessa área dois projetos que liderados por um movimento conservador trazem retrocessos à educação: a lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) o qual pretendia suprimir termos como gênero, orientação sexual e diversidade sexual e o Projeto de Lei nº 867, de 23 de maio de 2015, que tenciona incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) o projeto “Escola sem Partido”, cuja proposta é eliminar da sala de aula a prática da “doutrinação política e ideológica”.

O movimento escola sem partido cujo projeto de lei 7180/014 inspirou ainda outros projetos e propostas, em uma de suas medidas acrescenta o seguinte parágrafo ao artigo 3º da Lei de diretrizes e bases da educação: “a educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou

⁵Em 2004 foram criados a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e o Programa Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, cujo foco consistia no combate à homofobia, à violência física, verbal e simbólica e na defesa das identidades de gênero e da cidadania homossexual, em parceria com as Universidades e ONGs e com o apoio do Ministério da Saúde.

facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero, ou orientação sexual.”.

Em dezembro de 2017, o MEC confirmou a mudança no texto da base Nacional Comum Curricular e retirou de sua última versão os termos orientação sexual e gênero. Segundo o então Ministro da Educação Mendonça Filho a decisão foi tomada a fim de evitar polêmicas. Essas atitudes revelam uma forma de produzir na sociedade e, por conseguinte na escola uma cultura de heterossexualidade como padrão social a ser valorizado e respeitado. A tal imposição de valores heteronormativos, Butler (2018) denomina heterossexualidade compulsória.

Além de tais projetos anteriormente citados, a educação pública também vem sendo ameaçada em sua estrutura organizacional. Em dezembro de 2016 o congelamento dos gastos sociais por vinte anos, através da Emenda Constitucional nº 95, e o "contingenciamento" de uma parte do orçamento das 63 Universidades e dos 38 Institutos Federais de ensino no final de abril de 2019 foram algumas das medidas que, tomadas de forma unilateral, impactaram grandemente a educação, afetando especialmente a formação das minorias sociais na qual estão inseridos os alunos LGBT.

Uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação (MEC) à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (FIPE) em 2009, para realizar o projeto de Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, foi realizada em 500 escolas de todo país com estudantes, professores, profissionais, pais e mães de alunos do ensino fundamental e médio, incluindo o EJA (educação de jovens e adultos). Tal pesquisa concluiu que a área temática que apresentou os maiores valores de concordância com as atitudes discriminatórias foi a que exprime a discriminação em relação a gênero (38,2%), seguida pelas áreas referentes à deficiência (32,4%), à identidade de gênero (26,1%), à socioeconômica (25,1%), à étnico-racial (22,9%) e à territorial (20,6%)⁶.

Sem políticas públicas para a educação que incentivem o respeito e o reconhecimento das diversidades sexuais nos ambientes escolares, menos alunos LGBT permanecem na escola, gerando comprometimentos sérios em seu presente e futuro.

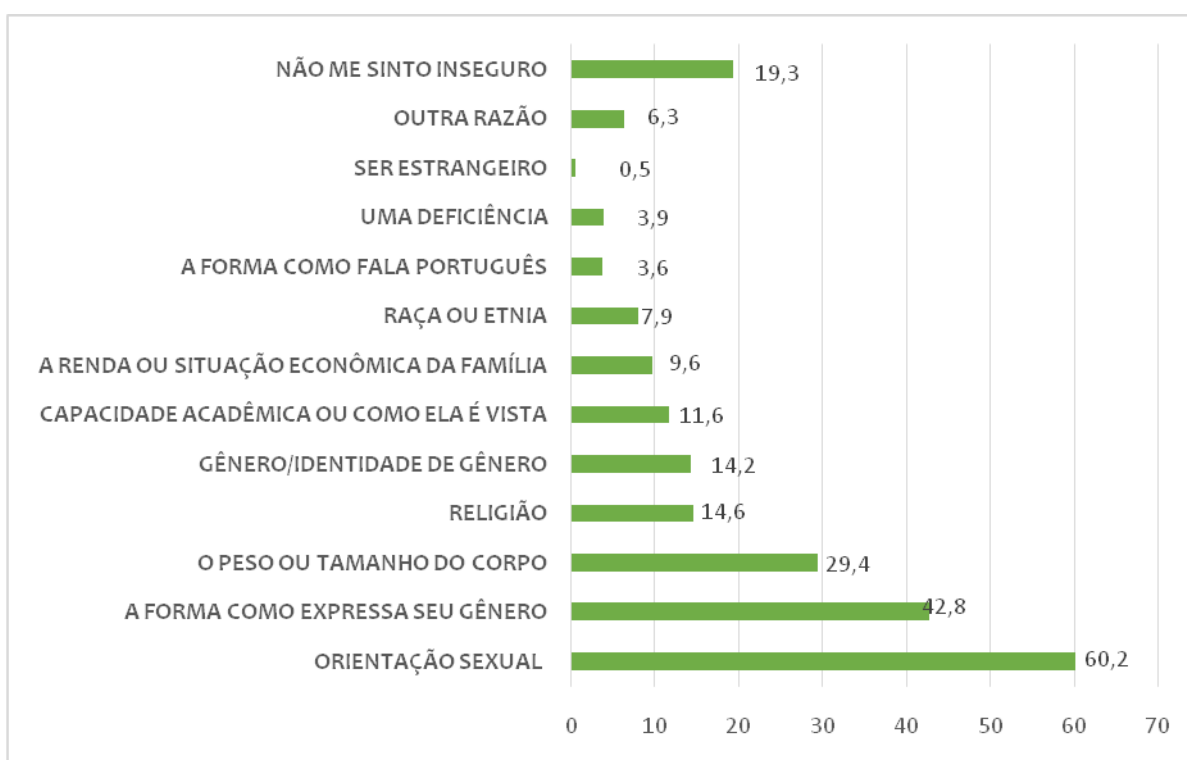
Em 2016, a Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil, realizada pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) em parceria com diversas ONGs e concomitantemente em outros cinco países

⁶ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 08 de dezembro de 2019.

latinoamericanos⁷ questionou alunos LGBT de diversas escolas no Brasil sobre alguns temas, dentre eles: o maior nível de educação eles pretendem concluir na sua vida; motivos pelos quais se sentiam inseguros na escola (Gráfico 01) e espaços que são evitados por esses(as) estudantes no ambiente escolar. (Gráfico 02).

Os dados mostraram que a característica que mais traz insegurança aos (às) estudantes é a orientação sexual, chegando a 60%, seguida da forma como expressam seu gênero. Quanto ao ambiente mais evitado pelos estudantes LGBT por se sentirem inseguros (as) ou desconfortáveis, o mais citado foi o banheiro, (38,4%) seguido da aula de Educação física, e dos espaços onde seus corpos ganham visibilidade, como vestiários e outros espaços esportivos.

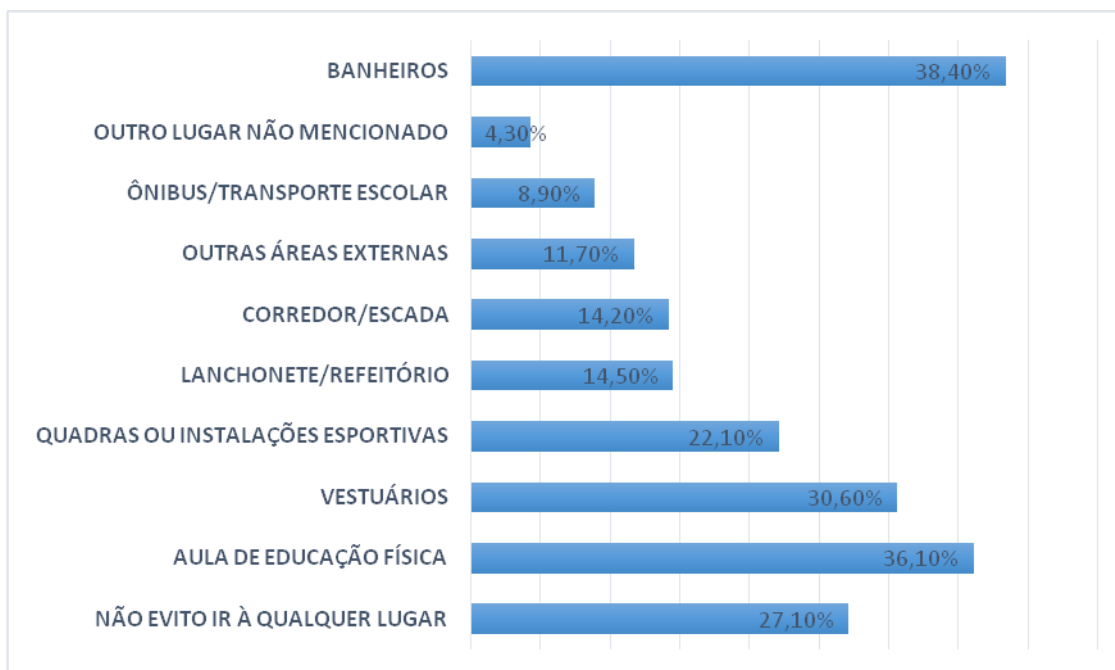
Gráfico 1: Percentual de estudantes que se sentem inseguros (as) na escola por causa de alguma característica pessoal



Fonte: Relatório ABGLT, 2016.

⁷Disponível em <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019

Gráfico 2: Percentual de espaços evitados por estudantes LGBT porque se sentem inseguros (as) ou constrangidos (as)



Fonte: Relatório ABGLT, 2016.

Ao serem questionados a que nível educacional os (as) estudantes desejam chegar, o resultado mostrou que 65,2% almejam uma pós-graduação, mestrado e doutorado. Porém como esses alunos e alunas podem realizar suas aspirações educacionais futuras se o presente ainda os afasta do ambiente escolar? A mesma pesquisa mostra que 11% chegam a faltar a escola mais de seis dias por motivos de insegurança ou constrangimento.

Ainda sobre a escolarização, dados informados pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) mostraram que 59% das pessoas trans não possuem o ensino fundamental, 68% não possuem o ensino médio e apenas 0,02% estão no ensino superior.

Os números acima datam de 2016 e 2017. Já em 2018 dos levantados pela Associação Nacional dos Dirigentes das instituições Federais de ensino Superior (ANDIFES) de maneira semelhante mostram resultados preocupantes (Tabela 01): 0,1% de estudantes transexuais representam o total de alunos das Instituições de ensino superior. Enquanto os alunos que se identificam com o sexo biológico são maioria, sendo 48,1% mulheres e 40,15% homens, os não binários representam 0,6% e homens e mulheres trans 0,1%.

Tabela 1: Graduandos (as) por gênero, segundo a região geográfica do campus

Região do campus/Gênero		Mulher Cisgênera	Homem Cisgênero	Mulher Transexual/ Transgênera	Homem Transexual/ Transgênero	Não-Binário	Outro	Prefiro não me classificar	Prefiro não responder	Total
Norte	Freq.	66.955	56.610	307	315	934	7.124	8.173	10.765	151.183
	% (L)	44,3	37,4	0,2	0,2	0,6	4,7	5,4	7,1	100,0
	% (C)	11,6	11,8	18,3	18,5	12,1	22,7	18,3	19,8	12,6
Nordeste	Freq.	159.442	145.357	489	526	2.264	11.506	15.301	20.156	355.041
	% (L)	44,9	40,9	0,1	0,1	0,6	3,2	4,3	5,7	100,0
	% (C)	27,6	30,2	29,2	30,9	29,3	36,6	34,2	37,0	29,6
Sudeste	Freq.	188.047	143.153	341	442	2.326	5.952	9.605	10.294	360.160
	% (L)	52,2	39,7	0,1	0,1	0,6	1,7	2,7	2,9	100,0
	% (C)	32,6	29,8	20,3	26,0	30,1	18,9	21,5	18,9	30,0
Sul	Freq.	105.033	85.064	361	287	1.448	3.836	6.904	6.953	209.886
	% (L)	50,0	40,5	0,2	0,1	0,7	1,8	3,3	3,3	100,0
	% (C)	18,2	17,7	21,5	16,9	18,7	12,2	15,4	12,8	17,5
Centro-Oeste	Freq.	57.983	50.949	178	133	763	3.025	4.712	6.289	124.032
	% (L)	46,7	41,1	0,1	0,1	0,6	2,4	3,8	5,1	100,0
	% (C)	10,0	10,6	10,6	7,8	9,9	9,6	10,5	11,5	10,3
Total	Freq.	577.460	481.133	1.676	1.703	7.735	31.443	44.695	54.457	1.200.300*
	% (L)	48,1	40,1	0,1	0,1	0,6	2,6	3,7	4,5	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Percebemos a partir desses dados, que o ambiente escolar não é percebido para a maioria dos/das estudantes LGBT como um local confortável, gerando evasões e desistências. Se muitos desses alunos não concluem o ensino fundamental e, por conseguinte não ingressam no ensino médio, tampouco nas Universidades, consequentemente o mundo do trabalho vai aos poucos se tornando um lugar inacessível.

Ao contrário desses dados se tornarem fatores preocupantes e geradores de políticas públicas de inclusão, assistimos em 2019, a um movimento praticamente contrário: a iniciativa de uma Universidade Federal de lançar um vestibular voltado especificamente para candidatos transgêneros e intersexuais. Infelizmente, a prerrogativa foi suspensa pelo MEC,⁸ mesmo com as Instituições superiores tendo autonomia para estabelecer suas formas de

⁸ FERREIRA, Paula. MEC intervém e Universidade Federal suspende vestibular para trans, diz Bolsonaro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-intervem-universidade-federal-suspende-vestibular-para-trans-diz-bolsonaro-23811955>. Acesso em 02 de janeiro de 2020.

acesso. Atitudes como esta tornam a comunidade LGBT cada vez mais vulnerável e distante da inserção digna na sociedade e no mundo do trabalho.

Retomar e valorizar o debate sobre gênero na escola é um desafio que perpassa a educação em todos os seus níveis, desde a educação básica, profissional, até a educação superior. Aludindo a esses fatos, temos que a Educação profissional não pode se furtar a essa discussão, ao contrário, deve ter como urgente necessidade defender o reconhecimento e a garantia dos direitos básicos dos cidadãos, como educação e o trabalho.

O IFS e as questões de gênero

Considerando que as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de nível Médio mostram por meio da Resolução nº6/12, que o reconhecimento das identidades de gênero é um dos princípios que norteiam os cursos técnicos, percebemos que não há como separar o papel da EPT, as relações de gênero, a sociedade e o trabalho.

Há cada dia maior necessidade de se pensar estratégias para a vencer a discriminação, a exclusão e o preconceito. Ramos (2008) afirma que tendo o trabalho como princípio educativo, a Educação Profissional e Tecnológica defende que o ser humano é o sujeito de sua história e de sua realidade, e como tal, pode apropriar-se dela e transformá-la. Por isso, ao trazer ao seu espaço os temas de gênero, a EPT capacita os seus alunos a transformar a realidade em que vivem em uma realidade menos desigual, com mais respeito e compreensão das diferenças. Dessa forma, esperamos um futuro com mais profissionais aliados e engajados com as necessidades dos LGBT e dos outros grupos que compõem uma minoria social.

Consideramos válido então, que a EPT possa continuamente questionar se está produzindo corpos que transformam a si mesmos e ao seu contexto ou apenas reproduzindo os corpos para atender as necessidades impostas pela sociedade e pelo mercado de trabalho.

Tentando buscar informações sobre a existência de ações voltadas à questão de gênero na Educação Profissional nas questões de gênero, visitamos a Diretoria de Assuntos Estudantis (DIAE) do IFS, o Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNE) do Campus São Cristóvão e realizamos buscas nas páginas do Instituto Federal de Sergipe dos diversos campi. Dessa maneira, tomamos conhecimento de algumas ações que o IFS vem realizando ao longo dos anos em relação à diversidade de gênero na Instituição.

As primeiras ações institucionais realizadas datam de 2014, quando o IFS em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), realiza o seminário “Gêneros e

Intersexualidades em fluxo: Interfaces científicas, pesquisa e insubordinações” (Figura 01). Esse evento contou com palestras, mesas redondas e comunicações que ocorreram dentro do Instituto.

Nesse mesmo ano, houve no Campus Lagarto, como iniciativa do professor de Educação Física: o projeto “Sabores e Saberes”.⁹ A ideia iniciou como um café temático para suas turmas. A adesão dos alunos foi grande e o projeto se estendeu ao longo dos anos, trazendo em 2016 o tema da sexualidade e identidade de gênero.

Em 2015, não encontramos registro de nenhuma ação ligada à temática da diversidade sexual, sendo retomada em 2016 com a “Mesa redonda sobre direitos humanos e sexualidade”,¹⁰ promovida pela equipe de psicologia da Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) do campus Aracaju e aberta à comunidade acadêmica. No campus de Itabaiana, a proposta de eliminar preconceitos e violências físicas veio através do projeto “Stop Bullying” (figura 2). Após levar ao Instituto a discussão de temas como preconceito étnico racial, gordofobia e autoimagem e com o projeto “Stop Bullying”, propôs a reflexão sobre diversidade de gênero.¹¹

⁹ PROJETO propõe discussão sobre sexualidade e identidade de gênero. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/206-itabaiana/4877-projeto-propoe-discussao-sobre-sexualidade-e-identidade-de-genero>. Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

¹⁰ MESA redonda sobre direitos humanos, gênero e sexualidade acontece nessa segunda, 12. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/199-aracaju/4321-mesa-redonda-sobre-direitos-humanos-genero-e-sexualidade-acontece-nessa-segunda-12>. Acesso em: 04 de dezembro de 2019.

¹¹ STOP Bullying chega a última fase propondo reflexão sobre diversidade de gênero. Disponível em: <http://ifs.edu.br/ultimas-noticias/206-itabaiana/4854-stop-bullying-chega-a-ultima-fase-propondo-reflexao-sobre-diversidade-de-genero>. Acesso em: 04 de dezembro de 2019.

Figura 1: Cartaz do Seminário gênero e sexualidades em fluxo



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 2: Arte de divulgação do Projeto Stop Bullying



Fonte: Site do Instituto Federal de Sergipe

No ano seguinte, 2018, foi a vez do Campus Itabaiana realizar o encontro “Violências de gênero e racial como problemas de saúde pública no Brasil”¹³, (Figura 04) onde foram debatidas formas de enfrentamento do problema a partir de dados ligados a questões de violência de gênero e racial. Neste ano também o uso do nome social foi regulamentado pelo Instituto através da Resolução nº 38/2018/CS/IFS.

Figura 4: Alunos e servidores no Encontro de violências de gênero e racial como problemas de saúde no Brasil.



Fonte: Site do Instituto Federal de Sergipe

Em 2019, mesmo em meio a uma onda conservadora que visa o silenciamento das questões de gênero nas Instituições, o IFS continuou trazendo para dentro do espaço escolar as ações que buscam trazer inclusão e respeito à população LGBT em todos os seus campi. Já no início do ano, em fevereiro, os alunos do Campus São Cristóvão promoveram o grito de carnaval, que contou com o desfile do bloco “LGBTIFS”, criado pelos alunos e a realização do concurso de rei e rainha (Figura 05). O evento foi resultado

¹³ ENCONTRO aborda violências de gênero e racial como problemas de saúde pública no Brasil. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/206-itabaiana/7308-encontro-aborda-violencia-de-genero-e-racial-como-problema-de-saude-publica-no-brasil>. Acesso em 28 de julho de 2019.

de uma preparação multidisciplinar onde os alunos puderam aprender a partir da história do carnaval e ainda participar de percussão, cartazes e máscaras.¹⁴

Ainda em 2019, no mês de abril, foi criado no Instituto o Núcleo de Igualdade de Gênero e Diversidade Sexual. Como uma iniciativa da Reitoria, o objetivo do núcleo é conscientizar os estudantes sobre as questões de gênero através da realização de trabalhos educativos com toda a comunidade acadêmica.¹⁵

O campus de Estância também se fez presente nas iniciativas de 2019 através das artes. O evento realizado foi a Mostra Cine-Literária da Diversidade e dos Direitos Humanos¹⁶ e incluiu cinema, poesia e debate com o objetivo de combater a LGBTfobia no campus (Figura 06). E em julho, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) lançou o “Edital Diversidade”, com o objetivo de combater a LGBTfobia e incentivar o respeito e a empatia pela população LGBT. Projetos de vários campi foram aprovados bem como de duas Instituições externas.

¹⁴ CAMPUS São Cristóvão realiza grito de carnaval promovendo inclusão e respeito à diversidade. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/202-sao-cristovao/7527-campus-sao-cristovao-realiza-grito-de-carnaval-promovendo-inclusao-e-respeito-a-diversidade>. Acesso em: 20 de março de 2019.

¹⁵ CRIAÇÃO de núcleo sobre diversidade é a mais recente ação para combate á homofobia. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/7713-criacao-de-nucleo-sobre-diversidade-e-a-mais-recente-iniciativa-para-o-combate-a-homofobia>. Acesso em 08 de setembro de 2019.

¹⁶ MOSTRA Cine Literária da Diversidade e dos Direitos Humanos mobiliza estudantes. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/201-estancia/7967-mostra-cine-literaria-da-diversidade-e-dos-direitos-humanos-mobiliza-estudantes>. Acesso em: 02 de janeiro de 2020.

Figura 5: Rei e rainha do Carnaval 2019.



Fonte: Site do Instituto Federal de Sergipe- Campus São Cristóvão

Figura 6: Mostra Cine Literária



Fonte: Site do Instituto Federal de Sergipe

Diante de ações como essas, entendemos o quanto, pelo trabalho e pela educação, a EPT tem papel de retomar a noção de ciência, arte, tecnologia e cultura que foram desapropriadas dos sujeitos e capacitá-los a transformar essa realidade. Acreditamos que iniciativas como estas que incentivam o respeito, conhecimento e empatia, podem quebrar os muros entre a sociedade, o trabalho e as pessoas LGBT, de maneira que as subjetividades que por muito tempo foram silenciadas passem a ter voz dentro da Educação Profissional e consequentemente no mundo do trabalho, no qual por vezes são impedidas de acessar e exercer uma profissão.

No tópico a seguir mostraremos brevemente como o acesso ao mundo do trabalho tem sido ao longo do tempo um desafio a ser enfrentado pelas pessoas LGBT.

O corpo nas corporações: quem emprega o LGBT?

Ao longo dos tempos, os sujeitos buscando seus lugares na sociedade alternam-se em discursos, práticas e relações sociais. Identificam e constroem suas identidades na sociedade sob diversas formas.

Pino (2017) afirma que vivemos numa sociedade que não oferece condições materiais substantivas de realização das nossas necessidades humanas. Uma sociedade que nos concebe como objeto e usa subterfúgios tentando nos fazer “perder” a capacidade de nos perceber como sujeitos da história. Concordamos com a autora, ao perceber a tentativa de inserção de uma cultura do não saber, de não valorização da educação. A realidade social que deveria ser tratada como elemento pedagógico é afastada cada vez mais da sala de aula, assim como a história, a ciência, a filosofia, as artes, a diversidade bem como a cultura de cada povo.

Todo saber tem uma implicação política e eliminá-lo é eliminar a liberdade, a história, a cultura e consequentemente eliminar um grupo de pessoas. Dar saber a um povo é dar a ele a capacidade de se perceber como sujeito da própria história e apropriando-se de sua realidade, poder transformá-la (RAMOS, 2008). Negá-lo é monopolizar o conhecimento favorecendo grupos dominantes cujos interesses são a movimentação da economia através da exploração de pessoas. Por isso é necessário que a EPT não reproduza corpos que atendam às necessidades e padrões impostos pela sociedade, mas produza corpos que transformem a si mesmos e ao seu contexto. (RAMOS, 2008).

Nossa sociedade está fundamentada na desigualdade. Embora nos apresente uma igualdade formal, ela elimina as possibilidades de uma igualdade real quando dá condições de acesso, mas não de permanência, ou quando dificulta e barra o acesso ao mercado de trabalho pelo preconceito ou como resultado de uma educação pública deficiente. Sem uma real igualdade de oportunidades não cabe o discurso de meritocracia.

É necessário dar condições reais de construção da própria história através do trabalho. Moura (2007) nos diz que é necessário partir da educação vinculada ao trabalho como princípio educativo, sendo fundamental atentar para o fato de que trabalho como princípio educativo não se restringe ao fato de aprender trabalhando ou trabalhar aprendendo, mas fazer com que os sujeitos compreendam, na medida em que vivem e com a qual constroem sua formação, que:

É socialmente justo que todos trabalhem, porque é um direito subjetivo de todos os cidadãos, mas também é uma obrigação coletiva porque a partir da produção de todos se produz e se transforma a existência humana e, nesse sentido, não é justo que muitos trabalhem para que poucos enriqueçam cada vez mais, enquanto outros se tornam cada vez mais pobres e se marginalizam-no sentido de viver a margem da sociedade. (MOURA, 2007, p.19)

Entendemos assim a potência da EPT ao buscar não formar unicamente para o trabalho, mas antes fazer refletir sobre ele, suas bases, sua origem, suas contradições e sobre as relações de interesse que o permeiam. É importante fazer pensar também nas explorações e injustiças que se originam do processo do trabalho, para desta forma termos uma educação emancipatória.

Nesse contexto, o trabalho pode ser compreendido como forma de autorrealização, autocriação e principalmente um direito de todo ser humano independente de etnia, classe ou gênero. Porém, alinhar gênero e trabalho é desafiante, pois ainda há barreiras na sociedade que excluem ou discriminam do mundo do trabalho os sujeitos cujos corpos dificultam sua análise dicotômica e polarizada por não trazerem marcas ou evidências “seguras” de suas identificações heteronormativas. A identificação ou não com os gêneros oferecidos pelas normas sociais é capaz de abrir ou fechar portas para o sujeito na sociedade, como se cada indivíduo carregasse em seus corpos inscrições cuja leitura pudesse permitir, negar ou questionar seu acesso a uma vida digna, privando-os por vezes do exercício de seus papéis sociais, do acesso à educação, trabalho, construção de famílias etc.

Assim como existem e se reproduzem posições na sociedade pela divisão social do trabalho (as classes sociais), também se reproduzem e se perpetuam as discriminações de sexo, gênero e etnia, que hierarquizam as categorias de pertencimento no mundo do trabalho. (DUBAR, 2012). Isso acontece, pois, as diferenças de gênero são construídas numa sociedade marcada por relações de poder sexualizadas. A divisão sexual do trabalho se insere nessas relações e se manifesta por meio da distribuição das atividades entre homens e mulheres de forma desigual. A legitimação desse processo passa pela construção de identidades sociais masculinas e femininas de acordo com o que se espera de cada um dos sexos no contexto social (STANCKY, 2006).

Dessa forma, é possível entender que as relações sociais reproduzem na divisão social do trabalho uma classe trabalhadora que possui apenas dois sexos. Dentro dessa divisão encontram-se os trabalhos considerados masculinos e os trabalhos considerados femininos. Diante desse quadro é necessário investigar onde estão aqueles que não se identificam com essas duas categorias de gênero, ou que atividades estão exercendo aqueles que se auto declaram pertencentes a um sexo, mas apresentam em seus corpos características de outro. Onde é o lugar destes “corpos estranhos” no mundo do trabalho que está dividido não apenas em classes, mas também em dois sexos?

As reflexões sobre este tema nos fazem perceber que a heteronormatividade e o heterossexismo permeiam as relações de desigualdade no mundo do trabalho, por isso, ocorrem diversos casos em que o LGBT não tem acesso ao exercício de profissões ou não consegue ser inserido dignamente na vida produtiva.

Aliado ao fator do preconceito existe a dificuldade de ingresso no trabalho gerada pela ausência do conhecimento formal. Embora os títulos e diplomas não garantam o acesso ou permanência em determinados contextos produtivos, eles trazem um reconhecimento social e produzem relações de identidade que implicam formas de enfrentamento das questões sociais na sociedade do capital (DUBAR, 2012; RAMOS, 2010). Sobre este assunto Dubar afirma que:

Nas sociedades contemporâneas, sobretudo em razão da concorrência pelos empregos e da existência de um mercado de trabalho, todos, salvo exceções, devem se dotar das competências que lhes permitam conseguir um emprego e ter acesso a uma formação certificadora (...) ela é indissociável do direito ao trabalho que faz parte- ainda que não seja aplicado totalmente em nenhum lugar- dos direitos fundamentais mais modernos. Trata-se de aprender **por** e **nesse** trabalho, que deve possibilitar um engajamento subjetivo da pessoa em questão e com isto abrir um futuro para ela. (DUBAR, 2012, p. 364 Grifo nosso).

De fato, o trabalho é um meio de realização no presente e de construção de perspectivas de futuro. Em nosso país, a preocupação com a inserção na vida produtiva é algo que acontece assim que os jovens tomam consciência dos limites que suas relações de classe impõem aos seus projetos de vida (RAMOS, 2008). Diríamos também que não só as relações de classe impõem limites aos projetos de futuro, mas também as relações de gênero.

Esse ingresso no exercício de profissões é desafiador para a maioria dos jovens. E a realidade é mais penosa quando se trata de pessoas LGBT. Em relação às travestis, transexuais e transgêneros, o preconceito e a discriminação tornam-se ainda mais nítidos, uma vez que suas performances de gênero se apresentam em dissonância para a sociedade com o sexo/gênero que lhe foi atribuído ao nascer, divergindo assim dos padrões heteronormativos.

Além do preconceito, outro fator que impede o que essas pessoas ingressem no exercício das profissões formais é o abandono escolar. De acordo com a Rede Nacional de Pessoas Trans (REDETRANS) 82% das pessoas trans entre 14 e 18 anos desistem dos estudos por diversos fatores, comprometendo assim seu futuro profissional.¹⁷

Irigaray (2010) ao pesquisar sobre a inserção das travestis e transexuais no mundo do trabalho e entrevistá-las (os) a respeito de suas atividades profissionais, submetendo suas narrativas a uma análise de discurso, chegou a três categorias recorrentes nos relatos: rejeição, violência e transitoriedade.

Freitas e Irigaray (2013), ao tratarem das formas de sobrevivência em um mundo do trabalho heteronormatizado, mostram que este é um permanente exercício político, social e de tomada de decisões para as pessoas LGBT. Os autores nos mostram que em função dos valores heterocêntricos da sociedade brasileira, ser identificado como homo ou bissexual no ambiente de trabalho pode comprometer a ascensão profissional do indivíduo e como consequência trazer perdas não somente financeiras, mas também sofrimentos psicossociais.

Em outro estudo, datado de 2011, o autor e autora supracitados realizaram pesquisa de campo em empresas públicas e privadas de diversos setores no Rio de Janeiro e em São Paulo e entrevistaram mulheres homossexuais de classes, etnias e aspectos físicos diferentes. Constataram que assim como os gays, travestis e transexuais, as

¹⁷ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/estacaoplural/post/visibilidade-trans-a-realidade-do-mercado-de-trabalho-para-transexuais>. Acesso em: 21 de novembro de 2018

lésbicas também se percebem submetidas a práticas discriminatórias no ambiente de trabalho, (quando conseguem ser inseridas num ambiente formal) e não raramente escondem suas reações sob a máscara do humor e da informalidade.

De fato, a o cotidiano dos LGBT é permeado por lutas diárias que envolvem, não raro, acesso inadequado à saúde, segurança, desrespeito às suas identidades, parca educação e oportunidades injustas de trabalho. Apesar da existência de ações de políticas públicas que objetivam conscientizar e promover um maior respeito pelos direitos das pessoas LGBT, como é o caso das campanhas lançadas em 2013 pela Organização das nações Unidas (ONU) “Livres e iguais”¹⁸ e do Fórum de empresas e direitos LGBT¹⁹, que conta com o apoio da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ainda há um longo caminho a ser percorrido.

De acordo com a OIT, a contratação de transexuais, por exemplo, necessita ser coberta por definições claras para que sejam evitados abusos. Sobre isso, em 2014, a ONU lança o “Manual sobre direitos LGBT no mundo do trabalho” a fim de dar diretrizes para os direitos humanos das pessoas nas organizações. O manual foi republicado em 2015 como uma versão mais ampliada²⁰, que oferece relatos de pessoas que sofreram discriminação no ambiente de trabalho e orientações para a abordagem dessas questões.

Ainda em 2015 a partir da reunião de diversos líderes mundiais na sede da ONU, foi lançada a agenda 2030, a qual se tratava de um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcançassem a paz e a prosperidade. Tal propósito seria atingido a partir do cumprimento de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) que se constituem de uma lista de tarefas a serem cumpridas por todas as pessoas em todas as partes do mundo até 2030.

Dentre estes objetivos destacamos quatro deles que têm ligação direta com nossa pesquisa, a saber: igualdade de gênero (objetivo número 5), trabalho decente e crescimento econômico (objetivo número 8), educação de qualidade (objetivo número 4) e redução das desigualdades (objetivo número 10).

¹⁸ Disponível em <https://nacoesunidas.org/onu-lanca-campanha-mundial-para-promover-a-igualdade-lgbt/>

¹⁹ Disponível em: <https://www.forumempresaslgbt.com/>

²⁰ ONU lança versão ampliada de manual sobre direitos LGBT no mundo do trabalho. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-lanca-versao-ampliada-de-manual-sobre-direitos-lgbt-no-mundo-do-trabalho/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

Mas as iniciativas ainda são abraçadas de maneira tímida e muito gradual, especialmente no Brasil. Um exemplo disso é que no ano de 2016, três anos após a criação do Fórum de empresas e direitos LGBT pela ONU, das 28 empresas participantes até então, nenhuma era nacional.

Nesse contexto, Irigaray (2010) esclarece que por serem segregados da sociedade, da família e da escola, seja por evasão ou não raro, por expulsão, os sujeitos LGBT, mais especificamente os travestis e transexuais, se veem impelidos a uma vida à margem da sociedade. No campo profissional, o preconceito impede que eles tenham acesso a profissões decentes²¹, quando aceitos para o exercício de profissões formais ocupam posições majoritariamente subalternas e operacionais.

Na atualidade, não são todos os corpos que formam as corporações. Infelizmente nem todos podem fazer parte do chamado “corpo empresarial”. Ficam de fora, principalmente a população LGBT. As profissões mais comumente exercidas por eles são em estabelecimentos voltados ao público LGBT, ou em salões de beleza, ou ainda em ramos específicos como moda e lazer. Na maioria das vezes são trabalhos que não têm o reconhecimento social esperado ou possibilidade de carreira. Alguns sem muita exigência de qualificação escolar, por vezes trabalhos penosos ou mal pagos, temporários ou informais.

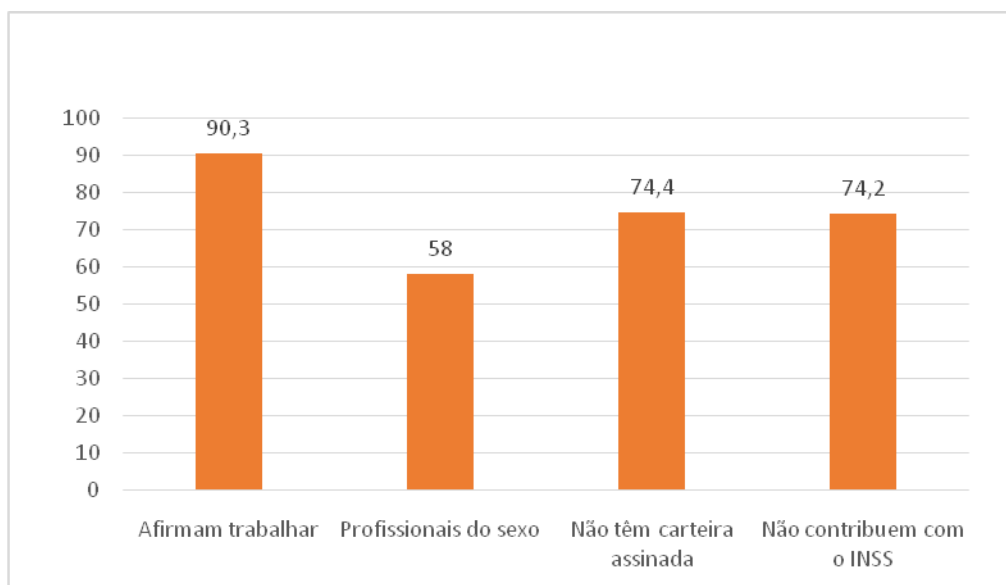
Alguns, por não conseguirem uma colocação no mercado formal, acabam tendo como única saída a prostituição. Podemos entender que para essas pessoas o trabalho muda de caráter, passando a ser mais o resultado de agarrar uma oportunidade do que o produto de planejamento e projeto (BAUMAN, 2001).

Em 2015, uma pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina²² identificou que 90,3% das pessoas trans entrevistadas na cidade afirmavam trabalhar, sendo que destas 58% trabalhavam como profissionais do sexo (gráfico 03). Além disso, por não terem carteira assinada nem contribuírem com o INSS não tinham seus direitos previdenciários adquiridos.

²¹ O termo “trabalho decente” é utilizado pela OIT (organização internacional do trabalho) com o significado de “trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”

²² BONASSI et al; Vulnerabilidades mapeadas, violências localizadas: experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. Quaderns de psicologia. Vol 17, n. 3, 83-98. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/78533661.pdf>

Gráfico 3: Realidade de trabalho de transexuais e travestis



Fonte: UFSC 2015.

Em 2017, uma empresa de recrutamento e seleção do Estado de São Paulo realizou uma pesquisa²³ com dez mil empresas no Brasil e constatou que uma em cada cinco das empresas pesquisadas se recusa a contratar homossexuais para evitar que a imagem da companhia não seja associada aquele funcionário e dessa maneira desagrade os clientes trazendo o risco de perdê-los (referem-se a cargos executivos que costumam representar a empresa em público).

Outros dados preocupantes da mesma pesquisa mostram que 41% dos LGBT sofreram discriminação no ambiente de trabalho por sua orientação sexual ou identidade de gênero, 33% das empresas não contratariam pessoas LGBT para o cargo de chefia e 61% dos LGBT optam por esconder sua sexualidade no trabalho. Segundo um relatório da *Center for talent Innovation*²⁴, é comum que os sujeitos LGBT recorram à tática de

²³ FERES, Elisa. Demitidos por serem gays: o nada fácil mercado de trabalho para os LGBT. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/demitidos-por-serem-gays-o-nada-facil-mercado-de-trabalho-para-lgbts,220a094b8b5532e5cbd90ac99e8e3877mqbwRCRD.html>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

RPA. A homofobia custa aproximadamente US\$ 405 bilhões. Disponível em: <https://razoesparaacreditar.com/lgbts-empresas-chefia/>. Acesso em: 09 de outubro de 2019.

CARDOSO, Letycia. Pesquisa revela que 18% dos patrões não contratariam LGBTI para cargos de chefia. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/pesquisa-revela-que-18-dos-patroes-nao-recrutam-publico-lgbti-para-cargos-de-chefia-23274822.html>. Acesso em: 29 de março de 2019

²⁴THE Power of “out” 2.0: LGBT in the workplace. Disponível em: https://www.talentinnovation.org/_private/assets/PowerOfOut-2-ExecSumm-CTI.pdf. Acesso em: 08 de janeiro de 2020.

fingir ser heterossexuais no trabalho. A conclusão do relatório mostra que 23% dos homens e 15% das mulheres acreditam que mudar a voz, comportamento, ocultar amizades ou disfarçar vestimentas ajudou a sua carreira.

Segundo os dados do Dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais em 2018, da ANTRA, 90% dos travestis se prostituem por não terem conseguido trabalho formal (inclui-se os que apresentam bons currículos). E em média é aos 13 anos que a maioria das pessoas trans ou travestis iniciam seu trabalho na rua devido à exclusão social, familiar ou escolar. Devido a isto, a alternativa que lhes resta é usar o corpo para trabalhar, correndo riscos de violência, roubos, doenças e morte.

A falta de acesso ao mercado de trabalho por parte dessas pessoas os tornam vulneráveis e vítimas. Em 2018, 72% das vítimas dos assassinatos cometidos contra travestis e trans foram direcionados às profissionais do sexo. (Gráfico 04).

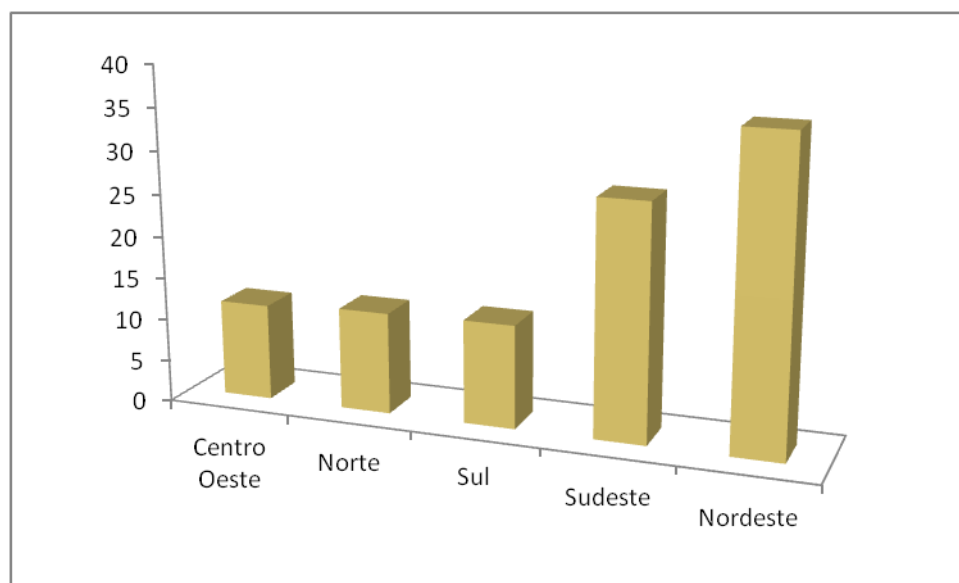
Gráfico 4: profissão das vítimas assassinadas



Fonte: ANTRA / IBTE 2018

O Nordeste foi ainda a região que contabilizou o maior número de assassinatos. (Gráfico 05) e as estatísticas mostraram que 60,5% tinham entre 17 e 29 anos de idade. Ou seja, pessoas muito jovens, ainda em idade escolar, são vítimas de crueldade em consequência da falta de condições de acesso ou permanência nas Instituições escolares e de trabalho.

Gráfico 5: Regiões onde ocorreram as tentativas de homicídio em 2018



Fonte: ANTRA / IBTE 2018

O estado de Sergipe também tem em suas estatísticas um número alto de assassinatos a pessoas transexuais e travestis.²⁵ No ranking de assassinato de pessoas trans (proporcional a população trans por Estado), Sergipe aparece em segundo lugar (Quadro 01) segundo a pesquisa da ANTRA. De 2017 para 2018 o número chegou a aumentar 150%²⁶. As estatísticas a nível de Nordeste mostram que esse é o estado que mais mata transexuais.²⁷ Em relação ao desemprego os números também não são satisfatórios.

Em dezembro de 2019, os números informados pela SEPLOG (Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão) de Aracaju, indicaram que dos 14.571 servidores (entre efetivos, comissionados, contratados, estagiários e inativos apenas duas

²⁵ NO BERÇO do ódio: pessoas que nascem com os dias contados. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/no-berco-do-odio-pessoas-que-nascem-com-os-dias-contados/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

²⁶ ASSASSINATOS de pessoas trans crescem em SE e casos caem no silêncio. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/assassinatos-de-pessoas-trans-crescem-em-se-e-casos-caem-no-silencio/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

²⁷ SERGIPE é o primeiro país do Nordeste e o 2º do país que mais mata transexuais. Disponível em: <https://cinform.com.br/2019/02/sergipe-e-o-1o-do-nordeste-e-2o-do-pais-que-mais-mata-transexuais/>. Acesso em: 11 de março de 2019.

mulheres trans fazem parte do quadro, sendo uma conselheira tutelar, e outra, servidora efetiva).²⁸

Já o Núcleo de Apoio ao Trabalho (NAT), que é ligado à Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho (SEIT), iniciou apenas em 2019 uma forma de alcançar o público LGBT na tentativa de inseri-los em suas ações. Como no campo de cadastro existiam apenas as opções masculino e feminino, este ano foi direcionado um espaço para "informações sobre orientação sexual e identidade de gênero" nos formulários de cadastro para os cursos ofertados pelo Núcleo.

Quadro 1: Assassinos por proporção

Proporcional a População Trans/100 mil habitantes		
1º	MT	12,03
2º	SE	11,96
3º	RR	10,53
4º	RN	9,02
5º	AM	7,89
6º	ES	7,89
7º	CE	7,60
8º	PA	7,21
9º	PB	6,58
10º	BA	5,26
11º	RJ	5,26
12º	AL	4,78
13º	GO	4,51
14º	PE	4,19
15º	MS	3,90
16º	RS	3,76
17º	TO	3,51
18º	DF	3,51
19º	PI	3,29
20º	PR	3,17
21º	SC	3,01
22º	RO	2,92
23º	MA	2,26
24º	MG	2,26
25º	SP	1,64
26º	AC	0,00
27º	AP	0,00

Fonte: ANTRA / IBTE 2018

²⁸ QUEM dá emprego a travestis? Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/dades/2019/12/313946/quem-da-emprego-a-travestis.html>. Acesso em 23 de dezembro de 2019.

Uma das barreiras que o LGBT enfrenta ao buscar um trabalho formal é a questão do nome social, que muitas vezes por não condizer com sua identidade de gênero, torna-se um fator de exclusão. Tantas barreiras fazem com que o único espaço que essas pessoas têm direito de ocupar na sociedade sejam as esquinas. O fato intrigante é que a mesma sociedade que discrimina e exclui gays, travestis e transexuais das profissões formais, é a mesma que financia o “serviço” dessas pessoas nas ruas.

De acordo com Souza e Siva (2019), se observarmos com atenção nenhum dos direitos básicos como o direito à vida, liberdade, segurança, igualdade, transporte, lazer são assegurados integralmente a nenhum brasileiro, porém em relação às pessoas LGBT até os mínimos direitos como ir e vir sem serem fisicamente ou verbalmente violentadas são atendidos. Nem o direito de serem reconhecidas pelo próprio nome ou gênero com o qual se identificam, ou mesmo o direito de ir à escola e terem acesso ao mercado de trabalho são respeitados.

Vale ressaltar que em meio a todos esses acontecimentos apenas em 2018 a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID). A oficialização deste anúncio ocorreu em 2019, com prazo de até 1º de janeiro de 2022 para cada país se adaptar a esta norma.

Nas redes sociais e em páginas da internet, encontramos vários relatos de pessoas que narram suas dificuldades em relação ao seu cotidiano profissional por serem LGBT. Numa rede social cujo assunto discutido era “como é ser gay no mercado de trabalho”,²⁹ encontramos no vídeo e nos comentários frases ouvidas por pessoas LGBT, como: *“aquele ali é viado, mas até que trabalha direitinho”* ou *“não posso revelar que sou mulher trans porque com certeza não me deixariam dar aulas para crianças”*. A partir dessas narrativas percebemos o quanto essas pessoas são rotuladas como não qualificadas para exercer uma profissão simplesmente pelo fato de serem LGBT.

Na mesma rede social podíamos ver nos comentários os seguintes relatos: *“você sai do armário pra ficar preso em um telemarketing ou se acostuma a não conseguir promoção nenhuma”* ou ainda : *“Eu sou muito diferente nos meus locais de trabalho, na minha vida pessoal, eu sou legal, sorrio, brinco e tudo mais. Mas no trabalho sempre é tão estressante que nem eu gosto do que eu me torno.”*

²⁹ COMO é ser gay no mercado de trabalho. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NDa_XAOHxxY. Acesso em: 12 de janeiro de 2020

Relatos como esses, publicados em uma rede social no ano de 2019 reforçam o quanto é difícil para o LGBT ocupar um espaço digno no mercado. Seu lugar por vezes é escondido atrás de uma cabine de telemarketing onde não podem ver seu corpo, apenas sua voz. Sua liberdade de ser o que de fato são, só pode ser exercida quando estão fora do local de trabalho.

Se por uma lado há uma ausência do estado e da sociedade na busca por solucionar esse problema, por outro aparecem gradualmente ações que visam a inclusão de pessoas LGBT no mundo do trabalho. É o caso do site Transempregos, do Transerviços, e da Rede Mulher Empreendedora (RME)³⁰. Essas iniciativas confirmam que de fato há um mercado de trabalho que se fecha para a diversidade, por isso, essa comunidade precisa recorrer à um auxílio específico na busca de oportunidades.

A partir dessas informações, no dia 12 de setembro de 2019, realizamos no Campus São Cristóvão um seminário chamado; “As empresas, já saíram do armário?” (Figura 8). Durante o evento, que contou com a participação de toda a comunidade acadêmica e de ex- alunos do Instituto, foram realizadas palestras e uma roda de conversa onde mostramos estes dados estatísticos, falamos sobre trabalho, preconceito, empreendedorismo e os ex-alunos contaram suas experiências de como era ser discente LGBT no IFS e como é hoje estarem inseridos no mundo do trabalho.

Acreditamos na importância de levar esses dados tão significativos e infelizmente tão presentes em nossa sociedade nos dias de hoje, para que conscientes de seus desafios e oportunidades, os alunos possam se motivar a investir em seu futuro profissional através da educação. Da mesma forma, acreditamos na importância da presença dos professores e demais profissionais do campus, para que todos possam se unir em favor de uma educação que parte do desejo de transformação da nossa atual realidade social, que ainda é injusta para com as minorias.

No manual de direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho, lançado em 2015 pela OIT³¹, temos que é necessário sair da visão simplista de que os trabalhadores são recursos humanos ou mão de obra, mas ao contrário, as organizações

³⁰ O site Transempregos foi criado no ano de 2013, sendo o mais antigo site e maior banco de currículos do Brasil para pessoas trans. Fundado por Laerte Coutinho e Maite Schneider. O Transerviços foi criado em 2016 pela militância LGBT. Já a RME, é a primeira rede de apoio ao empreendedorismo feminino no Brasil e conta com a parceria da transempregos para cursos de capacitação empreendedora e financeira de mulheres trans.

³¹ Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_421256.pdf. Acesso em 05 de dezembro de 2019.

devem buscar a essência, o que tem sentido e significados mais profundos, desconstruindo o padrão dominante que confunde o que é belo, correto e competente com características como gênero, raça ou cor.

No âmbito estadual já existem algumas ações e ONGs que nasceram pela ausência ou insuficiência do Estado em apoiar essa causa e que lutam pelos direitos da população LGBT, como a ASTRA, CASAMOR, AMORSETRANS, UNIDAS, dentre outras.³² Porém ainda há muito a se fazer enquanto a exclusão social for um meio de se estabelecer o poder. Por isso, esperamos que a Educação Profissional seja um meio de inclusão e de liberdade para que as pessoas LGBT entre outras minorias tenham uma vida digna construída pelo seu trabalho.

³² ARACAJU GLS/ LGBTQI. Disponível em: <https://ites.google.com/site/aracajugls/militancia-lgbt-2>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

3 METODOLOGIA

“A escola, tipo assim, poderia ter palestras, poderia ter rodas de conversa, poderia ter muitos requisitos que, que proporciona isso, pra dar o entendimento que os nossos pais precisam, como a gente também precisa.”.

(Estudante F.)

Esta pesquisa é de natureza essencialmente qualitativa. De acordo com Lakatos e Marconi (2011), a pesquisa qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Busca analisar de forma mais detalhada os hábitos, as atitudes, os comportamentos etc.

Sobre esse assunto, Bauer e Gaskell (2011, p. 68) afirmam que “a finalidade da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Para Minayo (2002), o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo e histórico, vive o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, sendo assim, a pesquisa de caráter qualitativo responde a questões muito particulares, trabalha com o universo de crenças, motivos, significados, aspirações, valores e atitudes que não podem ser reduzidos a uma operação de variáveis.

Nossa pesquisa buscou conhecer as perspectivas dos alunos LGBT do IFS em relação ao mundo do trabalho e o papel da Educação Profissional e Tecnológica em suas trajetórias pois, a partir do conhecimento de suas vivências cotidianas e expectativas de futuro, do envolvimento possibilitado pela arte documentário, que teremos com suas narrativas, serão, certamente, criadas estratégias para intervir em problemas diagnosticados e, assim, contribuir com a formação integral dos sujeitos.

Compreendemos a partir de então que o método que melhor se aplicou ao nosso estudo foi a pesquisa ação. Para Thiollent (1986), ela favorece ao pesquisador contato direto com a realidade pesquisada e a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados. Segundo este autor, o objetivo de investigação neste tipo de pesquisa não são as pessoas e sim a situação social e os problemas de diferentes natureza encontrados na situação.

De acordo com Barbier (2002) a pesquisa ação trabalha não sobre os outros, mas com os outros. Realizando ao mesmo tempo um diagnóstico e propondo mudanças em

determinada situação. Nesse sentido, corrobora com o pensamento de Thiollent (1986) quando diz que o objetivo da pesquisa-ação está em resolver ou pelo menos esclarecer os problemas da situação observada”.

No sentido de realizar a missão dos Institutos Federais de formar cidadãos capazes de desenvolverem-se a si e ao seu contexto, nosso problema de pesquisa foi levado a estudantes, professores e técnicos. Levamos até eles o questionamento sobre o papel da EPT na Educação dos alunos LGBT do IFS e quais eram as expectativas desses alunos em relação ao mundo do trabalho, a fim de que a Educação Profissional possa, a partir da participação ativa no contexto social dos alunos, promover uma educação articulada com a realidade social, o que para Thiollent (1986) é papel da pesquisa-ação, sendo ela capaz de produzir conhecimento, aumentar o nível de consciência sobre determinado assunto e fazer avançar o debate das questões envolvidas.

Para Chisté, (2016) a pesquisa ação trata-se de um questionamento político. Implica o lado social, pois levanta questões incômodas para a ordem já estabelecida. “Ela está envolvida com a práxis educativa/investigativa, sendo a práxis aqui entendida como um movimento relacionado à indissociabilidade entre teoria e prática”(CHISTÉ, 2016,p.797).

Tivemos como campus de investigação o IFS campus São Cristóvão, o qual possuía, no momento de nossa investigação (agosto de 2019) 780 alunos, segundo a Coordenação de Registros Estudantis (CRE). Este campus é o único do estado que possui há mais de 95 anos o regime de residência estudantil, ou seja, os(as) alunos(as) que apresentam alguma dificuldade de transporte e acesso ao campus, por morarem em municípios ou povoados afastados, por virem de outros estados, ou ainda apresentarem dificuldades financeiras para o deslocamento, permanecem na Instituição de Segunda a Sexta-feira, em alojamentos. No momento de pesquisa eram 40 meninas e 56 meninos estudando em regime de residência.

Há também o regime de semi residência para os (as) alunos (as) que moram em localidades mais próximas. Neste caso, os (as) estudantes permanecem os dois turnos no campus, fazem suas atividades, almoçam e retornam às suas casas ao final do dia.

A escolha pelo Campus São Cristóvão se deve ao interesse que os profissionais da equipe multidisciplinar, que compõem o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do referido Campus demonstraram em nosso projeto de pesquisa. A equipe é formada por enfermeiro, assistente social, psicóloga, médicos, pedagogo, técnicos em assuntos educacionais, técnico em

enfermagem e nutricionista. O campus também tem em seu corpo docente uma professora trans, que no momento das ações em campo estava em licença para cursar o doutorado, mas no início de nossa pesquisa nos falou um pouco sobre a importância de tratar desse tema no campus e sobre sua trajetória como professora no IFS.

Recebemos também durante o processo de escolha do campus de pesquisa, a informação de que os alunos LGBT do campus São Cristóvão eram em número significativo e muito atuantes. Promoviam alguns eventos informais e pediam que fossem realizadas outras ações voltadas a esta temática no campus, como rodas de conversa, seminários etc.

Partindo desse mútuo interesse, começamos a pensar como faríamos para iniciar a pesquisa de fato. Então, como forma de antever o engajamento dos(as) alunos(as) e possíveis participantes na pesquisa, aproximamo-nos do campus através de uma ação promovida em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

No dia 28 de fevereiro de 2019 nos unimos à Equipe Multidisciplinar e realizamos o “Mulheres em pauta”, (Figura 7) um evento que resultou da interação do IFS com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e que ao longo do dia reuniu toda a comunidade acadêmica promovendo rodas de conversas. Como discente do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFS, coordenamos a roda de conversa intitulada: “Mulheres, gênero e etnias: desafios na educação.”

Figura 7: Cartaz de divulgação do Evento “Mulheres em pauta”.



Fonte: Site do IFS- Campus São Cristóvão

Tivemos a presença da Referência Técnica de políticas para povos e comunidades Tradicionais da Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social, Sônia Oliveira Santos e da Fundadora da Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AMOSERTRANS), Linda Brasil.

Durante a conversa os alunos interagiram com diversas perguntas e depoimentos pessoais relacionados ao preconceito por serem LGBT, mulheres ou negros (as). Entre as perguntas, duas se referiam ao tema do trabalho, onde questionavam o porquê de trabalhos “inferiores” serem assumidos muito mais por negros e LGBTs do que por brancos e heterossexuais.

No início da roda de conversa nos apresentamos como discentes do mestrado e apresentamos também o interesse em realizar a pesquisa no campus sobre o tema LGBT e trabalho. Ao final, junto aos agradecimentos, deixamos aberto o convite aos alunos que quisessem saber um pouco mais sobre a pesquisa e participar.

De maneira meio tímida no começo dois estudantes nos procuraram para saber

melhor sobre como seria a pesquisa e demonstraram interesse em fazer parte dela. Depois chamaram outros e mais outros e ao final tínhamos nove alunos interessados em participar. Desses, dois desistiram. O primeiro deles por ser menor de idade e ter certeza de que o pai não assinaria o termo de consentimento. A segunda, por não ter conversado ainda com seus pais sobre sua sexualidade, tinha medo de que eles descobrissem a partir da pesquisa, por outros colegas etc. Já quase ao final, houve mais uma desistência. Um aluno desistiu não da pesquisa como um todo, mas de ter sua imagem divulgada no documentário.

Tínhamos seis participantes e para iniciar a pesquisa definimos que utilizaríamos como técnica as entrevistas narrativas. Com perguntas semi estruturadas, buscamos entender a partir das narrativas de vida dos (as) alunos(as) LGBT, participantes da pesquisa, seus processos de formação educacional, passando pela importância da EPT nas suas vidas e perspectivas de futuro profissional.

Mas queríamos nos aproximar ainda mais do alunos(as) do campus e promover outras ações que tratassem da temática LGBT, dessa forma realizamos pesquisa e ação concomitantemente. Em Julho, o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação básica, profissional e Tecnológica (SINASEFE) lançou o “Edital Diversidade”, voltado a apresentação de propostas para realização de eventos e atividades culturais e formativas que pautassem ações contra a LGBTfobia. Enviamos o projeto de um seminário intitulado: “As empresas já saíram do armário?” (Figura 8).

O projeto foi aprovado e o seminário foi realizado no dia 12 de setembro de 2019. A iniciativa contou com a participação de egressos que compartilharam suas experiências sobre como era ser LGBT nos tempos de estudante do IFS e como é atualmente ser LGBT no mundo do trabalho, apresentando as dificuldades, as experiências bem sucedidas, enfim os caminhos que os LGBT enfrentam para ingresso e permanência no mundo do trabalho, devido ao preconceito que ainda existe nas empresas. Além da palestra dos ex alunos, também realizamos uma comunicação mostrando alguns dados de nossa pesquisa, apontando o quanto ainda existe desemprego, discriminação e desigualdade no mercado de trabalho.

Figura 8: cartaz de divulgação do Seminário “As empresas já saíram do armário?”



Programação: 12/09/2012 – Campus São Cristóvão

8h. Apresentação Cultural

8:30h Conferência: **O que é empreendedorismo? Como tornar-se um empreendedor?**

Proferida por Dr. José Augusto Andrade Filho

Comunicação: **LGBT e o mundo do Trabalho**

Proferida por Milene Medeiros

9:30 Intervalo

10h: Palestras: **Ser estudante LGBT no IFS, que aventura! Entrar no mundo do trabalho, que loucura!**

Palestrantes: Gilvan da Costa Santana, Everton Cardoso Mesquita, Bárbara Santos Andrade Nascimento

11:30: **Encerramento**

Realização:



Fonte: Arquivo pessoal

As atividades iniciaram com musicalidade. Uma aluna do Campus abriu o evento com uma apresentação de voz e violão para descontrair os presentes. Em seguida a mesa foi composta pela diretoria do campus São Cristóvão que deu as boas vindas aos participantes do evento juntamente com a professora Tânia Regina, representante do SINASEFE e com a professora Elza Ferreira, coordenadora do evento e membro do quadro docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT-IFS).

A primeira comunicação foi sobre o tema “LGBT e mundo do trabalho”. Levamos alguns dados de nossa pesquisa em relação à dificuldade de acesso dos LGBT ao mundo do trabalho e o preconceito ainda existente nas empresas. Após essa comunicação o

diretor de Programas de Aceleração e Inovação, Marcos Vasconcelos, trouxe em sua conferência sobre empreendedorismo algumas possibilidades em relação ao ingresso nas profissões ao falar do crescimento das *startups* e de como esse segmento de mercado têm se tornado cada vez mais aberto às diversidades. Ele ainda discorreu sobre a existência de organizações que trabalham com a inclusão das pessoas LGBT através de cadastro em banco de dados e encaminhamento para as vagas e cursos de capacitação para o público LGBT.

O seminário encerrou com a mesa redonda intitulada “Ser estudante LGBT no IFS que aventura! Entrar no mundo do trabalho, que loucura! ”. A mesa foi composta pelos egressos do IFS: Gilvan Costa, atualmente, professor do IFS, campus Aracaju; Everton Cardoso, atualmente, servidor público da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Bárbara Andrade, estudante de psicologia da UFS que narraram suas experiências como alunos do Instituto e como profissionais hoje, considerando serem LGBT autodeclarados e estarem inseridos no mundo do trabalho e no mundo acadêmico.

Após as falas, os alunos e servidores participaram com perguntas e intervenções. Perguntaram sobre como funcionavam essas empresas mencionadas na palestra de abertura, que davam suporte para o LGBT ser inserido no mercado de trabalho, trouxeram a questão do *Pink Money* ³³ e de como alguns empresários utilizam um falso discurso de inclusão para gerar lucro para suas empresas e ainda falaram sobre a violência no trabalho que começa com o desrespeito aos diferentes dentro da própria escola.

Após este segundo evento, iniciamos as visitas sistemáticas ao campus para a realização das entrevistas e gravação de um documentário. Entendemos a importância da entrevista em nossa pesquisa segundo a visão de Gaskell e Bauer (2011) pois argumentam defendendo que em uma entrevista bem realizada, a maneira subjetiva de ver e entender o mundo, as relações humanas e os papéis dos indivíduos e o seu próprio na sociedade podem ser exploradas no entrevistado. Para eles, a narrativa em construção na entrevista é a sua construção pessoal do passado e talvez seja apenas falando que se podemos saber o que pensamos. Como se trata de uma pesquisa que visa conhecer as trajetórias e perspectivas dos alunos LGBT, faz-se necessário partir da escuta de suas próprias narrativas.

³³ O termo *Pink Money* refere-se ao poder de compra/consumo das pessoas LGBT, que segundo pesquisas gastam 30% a mais de dinheiro que os heterossexuais. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/investidores/20130531/poder-pink-money/3262>. Acesso em 14 de março de 2020.

Concordamos com Josso, (2006) que “a educação e formação são processos de transformação. Múltiplos projetos habitam, tecem, dinamizam e programam os relatos das histórias de vida e também nos informam sobre os desejos de ser e de vir a ser de seus autores” (JOSSO, 2006, p.27). Durante as entrevistas percebemos que esses projetos “de ser” e de “vir a ser” são revelados durante seus depoimentos. Esses desejos são atingidos de diversas maneiras em certos momentos históricos pelos efeitos das mudanças sociais, políticas e econômicas.

Com a finalidade de produzir o documentário e coletar os dados da pesquisa através das narrativas dos/ das estudantes, todas as entrevistas foram filmadas, dessa forma o roteiro de edição de imagens e roteiro de entrevistas foram realizados de maneira dinâmica. Criamos roteiros pré estruturados que foram ao longo da pesquisa se transformando e o resultado dessas narrativas foram analisados a partir de uma análise interpretativa na intenção de se aproximar da análise de discurso.

Os/As estudantes participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido demonstrando interesse e compromisso com a pesquisa. e também o termo de autorização de uso da imagem e voz, para que pudessem participar da elaboração do produto educacional: o documentário.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

“[...] e o que eu acho que o instituto deveria fazer é conversar mais [...]. Porque muitos deles não falam, não conversam com ninguém entendeu? Fica guardando aquela dor pra si mesmo e isso faz mal, entendeu? Eu acho que isso seria uma forma de ajudar”.

(Estudante C.)

Os produtos educacionais são materiais construídos a partir das pesquisas acadêmicas desenvolvidas com a finalidade de serem utilizados por docentes e/ou discentes no ambiente escolar. Constituem uma exigência dos mestrados profissionais e está firmado no regulamento do Mestrado Profissional em Educação Tecnológica (PROFEPT) como trabalho de conclusão de curso e requisito para a obtenção do título de mestre em educação, caracterizando de certa forma uma devolutiva de nosso trabalho para a sociedade e para a comunidade acadêmica.

Conforme ficou explicitado acima, a proposta de intervenção desta pesquisa se deu através da produção de um filme documentário que teve como objetivo ouvir os alunos que se auto declaram LGBT e registrar o que pensam em relação ao mundo do trabalho. O documentário foi produzido através das narrativas dos próprios alunos sobre suas experiências de vida e expectativas de futuro. Vimos na escolha desse produto, uma oportunidade de diálogo entre discentes e espectadores, uma forma de fazer suas vozes chegarem a lugares onde eles não poderiam chegar e de levar o debate sobre gênero e trabalho a lugares onde eles não poderiam ir. Uma oportunidade de falarem, de serem vistos e ouvidos.

Sobre os documentários, Nichols (2005) afirma que eles mostram aspectos ou representações auditivas e visuais de uma parte de um mundo histórico além de significarem ou representarem os pontos de vista de indivíduos, grupos e instituições. Nos documentários estão contidos histórias ou argumentos, evocações ou descrições, que nos permitem ver o mundo de uma nova maneira e colocam diante de nós a defesa de um determinado ponto de vista.

Segundo o autor, os documentários não defendem simplesmente os outros,

representando-os de maneira que eles próprios não poderiam, mas intervêm mais ativamente, afirmam qual é a natureza de um assunto, para conquistarem consentimento ou influenciar opiniões. Assim, documentamos o relato desses alunos para que o espectador possa tanto vislumbrar os desafios, as possibilidades que cercam o(a) estudante LGBT, bem como para gerar empatia e motivar ações de combate ao preconceito e estereótipos de gênero que impedem a realização de seus projetos.

Kossoy (2001) afirma que a imagem é um testemunho visual, no qual se pode detectar uma série de dados que dificilmente poderia ser mencionada pela linguagem escrita. Loizos (2011) nos mostra que a aplicação de métodos visuais em pesquisa pode ser importante por três razões: a primeira, é que a imagem oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais, a segunda é que embora a pesquisa qualitativa esteja tipicamente a serviço de questões complexas, teóricas e abstratas, ela pode empregar como dados primários informação visual que não precisa ser nem em forma de palavras escritas nem de números. E por fim, porque o mundo atualmente é cada vez mais influenciado pelos meios de comunicação, cujos resultados muitas vezes dependem de elementos visuais. Logo, o visual e a mídia desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica, não podendo por isso ser ignorados.

De nossa parte, a escolha pelo documentário se deu por acreditarmos na potencialidade educativa que ele teria ao dialogar com os diversos públicos, por acreditarmos que este seria um material de conteúdo interdisciplinar e que alcançaria não apenas o Instituto mas ultrapassaria os muros da escola, gerando oportunidade de fala e de escuta dos alunos. Acreditamos na ideia do documentário por retratar a realidade subjetiva dos alunos de maneira contundente e poética, que vem fortalecer ou superar a dimensão da escrita na dissertação.

Além disso, buscamos um produto que pudesse ser desenvolvido com o aspecto da omnilateralidade. Por omnilateralidade, entendemos que se refere a uma formação que integre os sujeitos em todas as suas possibilidades formativas – científica, tecnológica e estética - visando à emancipação e não o atendimento exclusivo das necessidades criadas pelo capital. Para isso o documentário vem como ferramenta que possibilita a formação de um ser social, coletivo, capaz tanto do fazer prático quanto da criação intelectual. Traz em si a capacidade de gerar reflexões e expressões que superem o individualismo e que promovam menos desigualdades e preconceitos consequentes das normas sociais ditadas na sociedade.

De acordo com Ramos (2013), ao assistirmos a um documentário, temos geralmente um saber social prévio, que nos torna aptos a julgar se estamos diante de uma narrativa documental ou ficcional. Mesmo querendo retratar da maneira mais verossímil possível a realidade, entendemos que certamente, a presença de um pesquisador e de uma equipe de filmagem interferem no comportamento dos participantes, conforme Nichols (2016, p.147) :

[...] uma pessoa não se apresenta exatamente da mesma maneira a um namorado num encontro romântico, a um médico num hospital, aos filhos em casa ou a um cineasta numa entrevista. E as pessoas não se apresentam da mesma maneira durante todo o desenvolvimento de uma interação; seu comportamento modifica-se à medida que a situação evolui. Nos documentários, esperamos que os atores sociais se apresentem assim, não que desempenhem o papel de um personagem criado pelo cineasta, mesmo que o ato de filmar exerça uma influência evidente sobre a maneira como eles se apresentam.

De fato, todos nós de certa forma somos atores. Ramos (2010) sobre isso diz que no sentido amplo, todos nós encenamos em todo momento para todos, o tempo todo tentamos interpretar a nós mesmos para o outro e não seria diferente para a câmera. O autor afirma que para cada pessoa compomos uma imagem e reagimos às diferentes presenças. De tal modo, não é diferente com a experiência da presença da câmera. Sendo assim, temos que no documentário o que apresentamos são pessoas reais que estão apresentando ou representando a si mesmas através de suas narrativas. Não nos interessou saber se elas estavam ou não dizendo a verdade, mas interessavam-nos os seus depoimentos, as suas falas, os quais foram tomados como a verdade de cada um naquela ocasião.

Existem diversos modos de se fazer um documentário (Quadro 02) e de acordo com Nichols (2016), esses modelos de produção acompanham a maneira como o cineasta enxerga e enfatiza as questões sociais e tendências de sua época. Porém o estabelecimento de características que definem os tipos de documentário não significa o cumprimento de regras rígidas, ao contrário, todos esses modos podem se misturar. Nichols (2016, p.167) ainda afirma que “as características de um dado modo dão estrutura ao filme, mas não ditam nem determinam todos os aspectos de sua organização”.

Nosso documentário uniu características que marcam os documentários reflexivos, participativos e poéticos, intencionando produzir um material que pudesse

gerar reflexão e intervenção na realidade através de uma ação. Ao exibir o documentário estamos expondo um problema e ao debatê-lo estamos de certa maneira propondo uma solução. Sobre isso nos fala Nichols:

Alguns documentários tentam nos explicar aspectos do mundo. Analisam problemas e propõem soluções. Procuram mobilizar nosso apoio a uma posição, em detrimento de outra. Outros documentários convidam-nos a compreender aspectos do mundo de maneira mais completa. Observam, descrevem ou evocam poeticamente situações e interações. Tentam enriquecer nossa compreensão de aspectos do mundo histórico por meio de suas representações. Complicam nossa adesão a certas posturas ao minar a certeza com complexidade ou dúvida. (Nichols, 2016.p.254)

Por se tratar de conter personagens reais contando suas histórias reais, o documentário pode trazer ao espectador uma identificação com a narrativa que lhe é apresentada. Outras vezes nos faz refletir sobre uma determinada realidade que nos foi apresentada da qual não vivenciamos, mas temos o conhecimento prévio, por isso é capaz de nos fazer aprofundar em determinado tema. Ou ainda ele pode nos trazer informações totalmente novas e ter uma característica mais informativa, por esse motivo por diversas vezes o documentário está associado não somente ao cinema, mas também ao jornalismo.

Como se não bastassem a identificação que pode causar, o aprofundamento que pode permitir e as informações apresentadas, este documentário por tratar de subjetividades desperta a emoção. O teor estético não minimiza o rigor que deve ter um produto educacional, ao contrário permite a beleza que nos envolve e nos sensibiliza para a causa trabalhada. Por tudo isso, o documentário pode associar-se a uma produção pedagógica.

Por trazer diferentes modalidades discursivas as produções podem se utilizar de diversas técnicas desde um vídeo feito com a câmera do celular até as produções mais diretas de cinema. Vejamos no quadro 02 as principais modalidades de documentário de acordo com Nichols (2016):

Quadro 2: tipos de documentário

Tipos de documentário	Características
Modo poético	Associação visual; Organização formal; Qualidade rítmica, e organização formal. Emoção; Os personagens não são expostos de forma complexa.
Modo expositivo	Comentários verbais; Lógica argumentativa. Dirige-se diretamente ao espectador; Legendas; exposição de argumentos e/ou proposta; Imagens com a função de comprovar o que foi falado.
Modo observativo	Comprometimento com o cotidiano dos atores sociais. Representam a experiência de vida de pessoas reais. Interação dos atores independente das câmeras; Ideia de neutralidade; Não há legendas, narradores e/ou trilhas sonoras.
Modo participativo	Interação do documentarista com os atores; As filmagens ocorrem em forma de entrevista e diálogos; A presença da câmera e do cineasta são percebidas e/ou por vezes evidenciadas.
Modo reflexivo	Acentua a consciência crítica; Questiona a própria forma de fazer documentário; Atua e intervém na realidade filmada.
Modo performático	Combinação entre os fatos reais e imaginários do cineasta; Condução do espectador de maneira emocional.

Fonte: Adaptado de Nichols, 2016

Ressaltamos que nosso documentário reuniu características pertencentes a mais de uma modalidade, por isso traz características de mais de um dos modelos apresentados acima. Além disso também trata-se de uma produção didática em atendimento às

necessidades de criação de um produto educacional.

Para compôr nosso documentário preparamos um roteiro prévio de entrevista semi estruturada a fim de guiar, caso houvesse necessidade, o entrevistado na condução de suas narrativas. Coletamos as narrativas de seis alunos, um professor e uma psicóloga do campus São Cristóvão. As perguntas foram elaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa e situaram-se em torno dos temas: Educação Profissional, trabalho, gênero e família.

Sabemos que a relação entre o documentarista e os entrevistados é de extrema importância na produção deste produto educacional, e esta relação precisou ser estabelecida na confiança, sensibilidade, empatia e ética para que pudéssemos entrar nas histórias dos alunos sem invadi-las ou interferir nelas. Para tanto, cada participante recebeu um termo de consentimento antes de gravar e um termo de liberação de uso da imagem e voz.

Para a realização do documentário conseguimos reunir os seguintes recursos: duas câmeras profissionais (uma Canon 6d e uma Canon 60 d que filma no formato 16:9); Baterias Extras; 2 cartões de memória profissionais – Classe 10 – 64gb; Um Microfone Boom Profissional Mic Rode; Um microfone lapela Sony; Um microfone para câmera profissional; Leds com suporte para preenchimento; Um steady cam; Um computador para ilha de edição; Um hd externo; Um drone; Um cinegrafista e editor.

Marcamos os dias de filmagem com cada estudante e no dia também foram realizadas filmagens de passagem sobre a cidade, o entorno e o interior da escola, a fim de contextualizar e ambientar o espectador quanto às falas e aos lugares de que falam.

Iniciamos as entrevistas explicando de que maneira seriam as gravações, o ritmo de fala durante as respostas e outras questões técnicas que facilitaríamos na hora da edição. Na primeira entrevista pedimos ao entrevistado que falasse um pouco sobre sua história no Campus São Cristóvão, o motivo de escolha do seu curso e outras coisas que ele achasse interessante falar para o espectador. Deixamos claro que provavelmente esta história seria mostrada aos futuros alunos LGBT do campus e que de alguma maneira eles poderiam compartilhar de suas trajetórias de vida.

Os participantes tinham liberdade para discorrer sobre o tema, sendo apenas interferidos quando percebíamos que estavam sem saber o que dizer ou repetindo. Nesse momento recorriamos ao nosso roteiro para seguir na direção do assunto ou então pedíamos que eles se aprofundassem em algo que não tínhamos pensado em abordar mas que foi dito no momento da entrevista e que nos serviu de *insight* para construção da pesquisa ou do

produto. Sempre com atenção ao que era perguntado para que nossos questionamentos não interferissem nas respostas. Nesse sentido também procuramos evitar gestos que pudessem ser interpretados como apoio ou negação às suas respostas.

A partir da segunda entrevista o roteiro ia sendo um pouco modificado. A entrevista foi sendo construída quase que junto com os alunos. Foi interessante perceber como suas histórias traziam particularidades mas ao mesmo tempo semelhança em muitos aspectos, isso foi direcionando as questões como se a entrevista fosse um diálogo fluido e livre, conversávamos sobre o tema durante as gravações e algumas vezes conversas surgiam nos bastidores. Quando isso ocorria, tomávamos nota em nosso caderno de campo.

Conversamos também com um professor que nos despertou a atenção durante o evento “As empresa saíram do armário?”. Ao abrirmos espaço para as perguntas após os relatos dos egressos do IFS, o professor dirigiu a pergunta a outro professor que estava compondo também a mesa. Antes de encerrar a pergunta, ele parabenizou pelo evento e fez o depoimento: "tenho um filho gay e acho importante que eventos como estes ocorram nas escolas para que os jovens possam olhar para o futuro e se preparar para vivê-lo".

Na ocasião, fizemos o convite para participar do documentário e ele prontamente aceitou. Após a assinatura dos termos de consentimento livre e esclarecido e termos de autorização do uso da imagem e voz iniciamos a entrevista com ele. Dirigimos as perguntas com foco menos em sua história com o filho e mais no seu olhar de professor sobre os alunos LGBT e seu futuro. Ele discorreu sobre o tema e nos contou suas experiências em sala de aula além de sua opinião sobre a entrada desse tema em particular nas salas de aula.

Para compôr o documentário convidamos também a psicóloga do campus, pois os próprios alunos nos indicaram conversar com ela, nos convencendo de que ela “teria muitas histórias para contar.” Dessa maneira fizemos o convite acreditando que os alunos recorriam a ela algumas vezes e confiavam-lhe suas histórias de vida. Após a assinatura dos termos de consentimento livre e esclarecido e autorização de uso de imagem e voz, iniciamos as entrevistas com ela.

Não questionamos nada a respeito dos alunos em particular, mas sobre o que ela pensava sobre este tema do trabalho para os alunos LGBT. Apresentamos previamente nossa pesquisa na qual constam alguns dados sobre a dificuldade de emprego para o LGBT e perguntamos se no período de doze anos em que ela trabalha no Instituto ela teria histórias de alunos ou ex-alunos que retratavam essa realidade. Ela nos inseriu mais na história do campus, nos contextualizando sobre a entrada de alunos LGBT, suas rotinas na escola, o contato com ex- alunos e sobre as preocupações vividas pelos estudantes, incluindo a

preocupação com a profissionalização, durante os três anos que passavam por lá.

Todas as gravações foram realizadas dentro do campus devido ao fato de todos os estudantes morarem fora de Aracaju e de São Cristóvão. Como eles passavam o dia ou moravam na escola, optamos, pesquisadora, discentes e servidores, por realizarmos as gravações no Campus.

Construímos um documentário com a duração de 24 minutos. Embora as filmagens tivessem sido longas, contamos com o auxílio profissional na edição de nosso produto educacional, isso nos ajudou a combinar os ângulos e recortes necessários para que o espectador tivesse a sensação de que a história estava sendo contada para ele e não para a pesquisadora.

Na composição do documentário, durante a edição, também foi necessária a escolha por uma trilha sonora para cada trecho apresentado, a fim de envolver a atenção e emoção do espectador com a história que estava sendo contada.

Para a edição do documentário, realizamos uma análise das narrativas buscando compreender os aspectos individuais e coletivos de cada uma e então selecionamos as falas que julgamos mais significativas para mostrar esses aspectos correlacionados à vivência na escola e às expectativas de trabalho. Após esse processo, selecionamos as expressões chaves e ideias centrais de cada narrativa agrupando-as em categorias semelhantes em cada bloco do documentário. Dessa maneira foi realizada a edição do documentário. Não foram aproveitadas todas as imagens captadas, de maneira que é possível ainda a realização de análises futuras.

Esperamos que as narrativas documentadas sejam compartilhadas com outros futuros alunos, preferencialmente, os da Educação Profissional e que possam gerar reflexões e discussões em relação às questões de gênero, desconstruindo os pensamentos e comportamentos enraizados num dito padrão de normatividade e promovendo mais igualdade e respeito no cotidiano acadêmico e profissional e nos locais onde for disponibilizado.

Explicado o processo de construção do produto, passaremos a tratar do resultado, isto é, das falas, das cenas e dos primeiros registros de quem assistiu ao documentário. Discorreremos, pois, daquilo que mais importa nesta pesquisa: as narrativas dos discentes LGBT.

5 DOS BASTIDORES À EXIBIÇÃO

“Você sair da sua cidade, onde você mora e vir pra um lugar diferente onde você pode ser você mesmo é muito maravilhoso [...] No IFS eu sou eu, [...] eu sou a pessoa que eu quero ser. Eu sou quem eu sou de verdade, só que tipo... na minha cidade eu não consigo ser eu, entendeu?”.

(Estudante D.)

Neste capítulo apresentaremos as narrativas, os depoimentos realizados nas gravações do documentário. As palavras: luz, câmera e ação, muito comuns no cinema serviram para marcar as três fases de nossa produção. A palavra “Luz”, nos remete à ideia, por isso nessa seção traremos as falas dos alunos que não ficaram registradas na edição do documentário, mas que nos serviram de inspiração nos dando *insights* ou ideias de como conduzir as entrevistas e gravações, bem como nos fizeram refletir sobre a importância de nosso tema de pesquisa.

Na seção intitulada “Câmera” temos as narrativas que foram gravadas em vídeo e estão presentes no documentário. Estas mostram o que pensam os estudantes LGBT a respeito do mundo do trabalho e suas expectativas como futuros profissionais.

Na seção denominada “Ação”, contamos um pouco sobre a exibição do documentário, ou poderíamos dizer, a (re)ação que foi gerada após a pesquisa. Apresentamos aqui os comentários, as reações e o resultado da apresentação do documentário em sala de aula.

Luz: ideias, bastidores e construção da entrevista

Iniciamos a produção do documentário em setembro de 2019. Até a finalização, ouvimos e contamos diversas histórias, das quais nem todas ficaram registradas diante das câmeras.

Chegamos ao campus com muitas intenções e fomos descobrindo aos poucos qual

seria a forma ideal de conduzir nossa pesquisa. As falas dos (as) estudantes³⁴ nos faziam refletir sobre o presente e sobre o futuro. Percebemos que o olhar dos alunos estava mais voltado para o presente, ou seja, suas famílias e os estudos no Instituto. Em relação ao futuro existia sim uma preocupação e até um certo medo, mas entendemos naquele momento que esse era um obstáculo a ser superado depois de outros.

Nos bastidores e conversas antes das gravações para explicar a proposta do documentário ouvimos algumas opiniões a respeito de nosso tema de pesquisa:

“Acho bem legal falar disso abertamente porque geralmente quando a pessoa fala em inclusão aqui na escola é mais voltado pra deficiência, racismo ou às vezes se fala em bullying pra dizer que respeite o diferente, mas só que eu sou normal”. (Estudante A.)

Outro aluno expressa indignação em relação ao preconceito e exclusão dos LGBTs pelo mundo do trabalho, ressaltando que não é a exigência de um perfil de vaga que fará com que alguma pessoa deixe de se reconhecer como LGBT:

“Eu lhe digo uma coisa, gente, LGBT não é doença não. Ninguém tem culpa da sexualidade ser da pessoa, a pessoa se quer ser LGBT, quer ser trans, quer ser homossexual, o que for, sim, a pessoa que quer, agora você vai mudar por causa disso, não”. (Estudante B)

A esse respeito, Louro (2008) fala que as noções de norma e diferença se tornaram particularmente relevantes na sociedade contemporânea. Ela nos diz que é preciso saber quem é reconhecido como sujeito normal, adequado, sadio e quem se diferencia desse sujeito. Para os estudantes entrevistados fica clara a noção de que a sociedade ainda os enxerga como diferentes ou até mesmo doentes.

Em diversos fragmentos das falas dos sujeitos, ficou evidenciado que existia em suas vidas como que uma sequência de situações a serem enfrentadas por eles. A primeira delas era a escola, pois traziam inicialmente o medo de não serem aceitos:

“Porque quando eu entrei aqui eu tava com medo, entendeu? Essas coisas, assim pelo meu jeito, de sofrer bullying, preconceito, entendeu? Porque quando eu estudava na outra escola, todo mundo me conhecia todo mundo conhecia o meu jeito, mas quando eu entrei aqui, aí era outra coisa, aqui é outro mundo, como as faculdades é outro mundo, aqui é outra coisa, já

³⁴ Os trechos das entrevistas e falas de bastidores foram aqui transcritos respeitando o uso da linguagem e expressões utilizadas pelos estudantes em seu modo livre e informal de conversar.

é outra realidade entendeu?” (Estudante B)

Percebemos que nessa trajetória além do medo de não serem aceitos na escola, existia um conflito interior relacionado à aceitação de si mesmo:

“Desde os 14 anos quando eu vi negócio de LGBT na televisão eu fiquei assim... eu já me descobria já, mas é o medo de sair, de sair, ter que ficar guardado, é o medo, porque eu via tanta morte falando que LGBT morreu, foi esfaqueado, foi, sei lá, eu ficava com medo. Mas quando eu percebi, quando eu tava com maturidade já mais um pouco, 18 anos eu fiquei: não, eu tenho que me arriscar, eu tenho que me abrir, eu tenho que sair, pra quê ficar preso? Vai ficar preso só pra si mesmo”. (Estudante B)

“Mas desde cedo eu sempre dava a entender que eu não me sentia bem no corpo que eu nasci, só que aí a gente pensa que é criança né, aquela fase, agora na puberdade, na adolescência, foi que eu pensava assim que eu era só uma pessoa homossexual né? Só que aí aos 12, 13 anos aquela... frustração né? Hormônio feminino, crescendo, aí foi quando bateu o desespero, aquela aflição e eu pensava que eu era diferente de todo mundo, me sentia errado, me sentia desconfortável, aí foi quando veio a internet eu comecei a pesquisar, pesquisar, pesquisar até que encontrei o termo trans. E... nos primeiros relatos que eu encontrei me identifiquei e pesquisei a fundo, e com mais ou menos um ano de pesquisa foi que eu realmente vi que eu era uma pessoa trans”. (Estudante A)

Notamos que nesse processo de descoberta e aceitação, o IFS teve grande importância, bem como o acolhimento dos colegas, como se o acolhimento e a aceitação dados a eles pela comunidade acadêmica os encorajasse a se aceitarem e se assumirem como LGBT:

“Aí eu fiquei nesse medo, mas quando eu me acostumei que eu fui conhecendo em pouquinho em pouquinho o povo, tal, aí pronto, era hora de eu me soltar entendeu? Porque as vezes tem uma hora de, de acontecer, tá na hora de pronto, se soltar, porque aí eu fiquei cansado já de, de ficar me...trancando”. (Estudante B)

“O aspecto positivo daqui é isso que todos os alunos LGBT têm a mesma inclusão que os outros, heteros, trans, gays, eu acho que isso é um ponto muito positivo daqui, quando eu entrei aqui eu não me aceitava gay e eu passei a sofrer um pouco de preconceito e isso me fortaleceu pra eu erguer a cabeça e dizer que eu era gay, que eu me interessava por gay”. (Estudante C)

“Mudou muita coisa na minha vida, quando eu entrei aqui. Assim o que eu pensava: ah vai ser muito puxado, eu queria desistir não

queria nem entrar porque eu sei como é uma escola Instituto Federal, é o dia todo, mas mudou muita coisa, assim, me soltei mais, em relação assim, que eu era muito preso eu não me soltava pra ninguém, mas qdo eu vim, entrei aqui, aí eu não sei o que deu, soltei assim, normal, soltei assim: ah tá hora, cansei”. (Estudante B)

Com o passar do tempo, os primeiros desafios vencidos davam lugar a um sentimento de liberdade vivenciado dentro do Instituto:

“Eu sou interna, eu passo aqui a semana inteira eu só vou pra casa final de semana e às vezes nem vou, então você sair de um lugar onde você viveu a sua vida praticamente toda e vir pra um lugar diferente e ter essa rotina, é bem diferente. E aqui na escola querendo ou não eu tenho ...vamo...como se diz... um espaço, eu tenho um espaço onde eu consigo ser eu, então isso, isso pra mim foi muito bom, é uma coisa que ... eu gosto, eu consigo interpretar minhas emoções e o meu ser. Eu”.(Estudante D)

“Quando eu entrei aqui, pronto, parece que só foi minha porta, entrei e me demonstrei quem eu era de verdade, tá na hora de eu, ser quem eu sou”. (Estudante F)

“Rapaz, olhe tipo assim, é... você sair da sua cidade, onde você mora, com as pessoas que você vive e com pessoas que particularmente não te agradam e vir pra um lugar diferente onde você pode ser você mesmo é muito maravilhoso porque tipo, eu encontrei uma nova realidade, eu saí da minha cidade e vim pro IFS, no IFS eu sou eu, (diz o nome), a pessoa que eu quero ser, eu sou quem eu sou de verdade, só que tipo... na minha cidade eu não consigo ser, eu, entendeu?”(Estudante D)

Entendemos com suas falas que a liberdade para “ser quem se é de verdade” dentro do Instituto, nasce a partir de alguns fatores. Um deles é o respeito com o qual eles relatam terem sido tratados. Acreditamos acima de tudo e com base nas narrativas, que o respeito, o cuidado, a atenção e o acolhimento recebido pelos alunos ao ingressarem no IFS, fizeram com que muitos deles tivessem essa sensação de liberdade. O fato de não se sentirem criticados ou julgados, mas sim acolhidos e orientados quando necessário pelos professores e servidores, (vistos por eles como seus “responsáveis “dentro da escola) faz com que eles se sintam seguros e à vontade para agir de acordo com seu entendimento, independente das determinações externas.

Outro fator importante, é que para muitos o ingresso no ensino médio com a possibilidade de escolha de um curso e futuramente uma profissão, já lhes dão a sensação

de liberdade, de autonomia. Da mesma maneira como residirem ou passarem a maior parte do tempo longe da casa de sua família traz aos estudantes uma sensação de independência.

Ao pedir para que eles falassem sobre o tema família, vimos que para esses (as) estudantes este assunto está de certa maneira ligado à escola e ao gênero. Alguns relataram a importância da aproximação da escola e da família a fim de possibilitar um diálogo sobre “quem eles eram”, ou seja, um elo entre eles e suas famílias no que diz respeito às questões de gênero:

“Então tipo, eu acho que se tivesse mais, vamos supor, conversas com eles, pra dialogar e debater mais sobre o assunto, seria mais aberto hoje a gente em si chegar pra conversar, mas em relação a isso eu acho que, que...é difícil, é difícil você conversar sobre esses assuntos é difícil você hoje chegar e falar assim: eu sou isso. Então assim, a escola tem muito recurso, a escola tem muito recurso pra ajudar em relação a tudo isso. A escola pode, a escola tipo assim, é... como eu falei antes é que a gente, vamos supor não é que tipo, não quer, não quer chegar pros nossos pais e falar assim: ah, eu sou isso. É um medo, é um medo porque muita das vezes eu já cheguei em casa e minha mãe tá, minha mãe tá xingando alguém por ser isso, por ser aquilo e tipo, eu ter que ficar retraída entendeu? Na minha, e escutar calada, entendeu? Não poder me defender e... tipo, na escola eu vejo assim, é, tipo, poderia ter palestras, poderia ter rodas de conversa, poderia ter muitos requisitos que, que proporciona isso, pra o, pra dar o entendimento que os nossos pais precisam, como a gente também precisa, porque tipo, eu vejo muita gente que tipo, que esconde o que é por não entender direito, ou então por não ter uma pessoa pra conversar, pra falar assim: “ah, você gosta disso, então siga esse caminho que você vai dar no, vai dar no ponto que você quer.” (Estudante D)

“Assim, assim, esse assunto é aquele assunto tipo assim, a gente conversa da porta pra fora e da porta pra dentro a gente abafa [...] Eu chego, se tiver alguém lá pra falar, tipo assim, ah eu quero saber isso e isso eu falo, mas pra falar assim, hoje eu vou sentar com meu pai e com minha mãe pra conversar sobre isso eu não converso, porque tipo...eles nunca me deram essa abertura entendeu, pra mim conversar com eles? Então eu, também eu acho e isso é um dos grandes problemas também que tem no Brasil pelo mundo LGBT, de as pessoas não se revelarem pra sociedade o que elas são, porque primeiramente a gente tem que se revelar em casa pra depois se revelar pro mundo, mas muitas das vezes eu vejo assim que os nossos familiares eles não, não é que eles não aceitam é que eles não sabem e não entendem o assunto, e aí tipo, tem aquele negócio que a sociedade cria uma

imagem sobre aquilo e muitos por não entender seguem, aquela que eles estão oferecendo. Então eu penso que a escola podia ajudar, explicar...” (Estudante E)

Ao se tratar do tema da família, alguns dos narradores usavam a expressão casa e família para tratar não só de seus laços de sangue e de sua residência junto aos familiares, mas usavam também para se referir aos colegas e ao IFS, como quando um deles disse: “*nossa casa acaba sendo mais aqui.*” Ou outro: “*aqui é como se fosse uma família, mais do que minha própria família, entendeu?*”. Notamos que a imagem que eles têm de casa e família é a de um lugar de acolhimento, esclarecimento e segurança, fatores que ao nosso entender, eles encontraram no Instituto.

Na fala transcrita acima um dos narradores diz que “primeiro é preciso se revelar em casa para depois se revelar no mundo.” Refletindo sobre essa fala, nos questionamos sobre o porquê eles se sentiram a vontade para “se revelarem”, para assumir sua orientação sexual depois que ingressaram no Instituto antes mesmo de conversarem com seus pais ou responsáveis sobre o assunto. Se revelar primeiro no IFS e depois fora dele, nos permite pensar que talvez o Instituto seja essa a casa na qual eles se sentiram confiantes para se revelar e que os prepara para enfrentar o mundo (do trabalho).

Após algumas falas sobre família, medo e liberdade, parecia- nos que embora naquele momento estivesse sendo filmado um documentário, não era diante de nossa câmera que eles estavam atuando. Pensamos, a partir de suas falas se curiosamente diante das câmeras (e no Instituto, “palco” para suas narrativas e experiências) estava acontecendo a vida real, pois de acordo com suas narrativas, eles podiam ser eles mesmos, enquanto que em suas cidades, onde não podiam ser eles mesmos é que eles precisavam em certos momentos agir como atores.

Foi notório o quanto a busca pela liberdade marca esta pesquisa. Percebemos que isso é algo que alguns buscam desde antes da entrada no Instituto. Durante a conversa com a psicóloga do campus, compreendemos que, alguns buscam o campus São Cristóvão com o intuito de poder construir no futuro um caminho profissional, mas também a liberdade de se desenvolver sexualmente sem a pressão da família:

“Falar sobre qualquer tema ligado à sexualidade aqui no campus são Cristóvão é muito interessante. É bem diferente do que tratar desse tema em qualquer outro lugar. Aqui a gente recebe

basicamente boa parte dos nossos estudantes tem entre 15 e 20 anos e eles fazem o ensino médio integrado em diversos cursos.

E é bem interessante essa fase desses estudantes aqui dentro do campus. Tradicionalmente o campus ele é muito visto ainda como escola agrotécnica antigo colégio agrícola, então assim, tradicionalmente, quem vê de fora, vê como um lugar muito tradicional o fato de ser uma fazenda, porém de forma contraditória boa parte dos estudantes do estado viam aqui como um lugar onde eles teriam a liberdade de se desenvolver.

Então assim por muito tempo, o campus né, ainda enquanto escola era visto como um lugar por boa parte dos jovens do estado como um lugar que seria interessante pra sair de casa e fazer uma formação profissional, ou ainda, é... teve uma fase da escola bem marcada em relação a isso, do estudante sair de sua pequena cidade e vir fazer um ensino médio bom numa escola federal e que pudesse dar condições de procurar uma linha profissional. Então assim, a discussão de educação e trabalho mesmo com foco de uma faculdade ou com foco do mercado de trabalho, sempre foi muito forte.

O diferencial do campus são Cristóvão pra uma boa parte desses estudantes do estado é justamente a existência da residência. Pelo fato de ter residência era a oportunidade de muitos estudantes de outros municípios estudarem fora de casa, né, fora do convívio familiar e muitas vezes perto da capital , porque nós ficamos bem próximos a Aracaju.. Então por muitos anos, até mais do que hoje né, várias coisas mudaram nos últimos tempos, muitos estudantes tentavam a residência aqui, vinham estudar aqui justamente pra poderem se desenvolver longe de casa e nesse contexto muitos jovens, muitos adolescentes, é... se definindo sexualmente viam aqui como um espaço onde eles pudessem se desenvolver sem a pressão dos pais.

Porém dentro do campus o fato de se afirmar ou não ainda é uma questão muito individual o que a gente percebe é que ... é..... eles estão em pleno desenvolvimento, todos. Independente da questão

da orientação ou da identidade sexual, todos estão se desenvolvendo, então eles passam boa parte do tempo aqui, mesmo aqueles que são semi residentes eles passam manhã e tarde aqui, a maioria, boa parte não vai para casa almoçar. Aqueles que são do concomitante estudam em outra escola, mas vem pra cá. Tem um contato menos com a escola, mas estão o dia inteiro aqui com a gente também. E aqueles residentes passam os dois turnos na escola, almoçam na escola, passam a noite na escola e dormem dentro da escola. Esses vivenciam ainda mais a natureza da escola.

Dentro desse contexto nessas vivências principalmente nessa marca aí da adolescência entre os 15, 20 anos eles passam a maior parte do tempo ora, voltados, preocupados com as questões acadêmicas, em cumprir um grande número de disciplinas, dentro dessas disciplinas, as disciplinas que vão dar a bagagem do ensino médio e as disciplinas do plano profissional e além disso estão também amadurecendo emocionalmente, que é bem mais forte nessa fase e é bem mais forte num contexto de isolamento que a gente vive aqui, então assim, muitos deles saem realmente de casa e mesmo aqueles que são semi residentes chegam em casa sete, oito horas da noite, então assim, boa parte do tempo, passa com os colegas de curso. (Ana Cecília, psicóloga)

Foi interessante perceber ao ouvir esta narrativa como o campus São Cristóvão guarda boa parte das histórias desses jovens e como eles de fato vivem essa fase de desenvolvimento dentro da escola, especialmente os residentes. Pensamos que talvez por isso eles nos indicaram conversar com a psicóloga pois, longe dos pais, é a ela eles confiam suas dúvidas, dilemas e conquistas próprios da fase da adolescência e juventude.

Também percebemos esse papel do campus em ser um lugar de desenvolvimento livre para os jovens, ou segundo as palavras da psicóloga do campus, “um lugar para se desenvolver longe da pressão dos pais”. Compreendemos a importância do Instituto nesses anos de ensino médio no desenvolvimento e amadurecimento dos alunos não só a nível intelectual e profissional, mas também emocional e sexual.

Enquanto os outros alunos sentiam a necessidade de uma aproximação entre escola e família, uma outra opinião se mostrou contrária ao dizer que a distância entre escola e família o encorajava a ser ele mesmo dentro do Instituto:

“Quando eu me descobri aqui eu já sabia o que eu era já, mas era medo mesmo. Medo assim do povo contar ‘ai (diz o próprio nome) é isso, isso, isso e aquilo’ porque o povo tem uma língua grande sabe? Parece que não pode ver o povo feliz que ‘ah isso é isso, isso, isso e isso’, aí eu fiquei com medo. Aí quando eu entrei aqui eu percebi que aqui minha tia, minha família não tem muito contato, e os que têm aqui não dizem, porque se dizer ou eu desminto tudo ou conto fofoca também que eu sei de tudo (risos)”. (Estudante B)

Ao contar nos bastidores sobre uma discussão ocorrida em sua casa no dia anterior, um dos estudantes terminou sua fala com a seguinte frase: *“mas deixa, pode deixar. Quando eu trabalhar eles vão ver.”* Notamos que para este estudante o trabalho se apresentava como uma porta de entrada para a liberdade³⁵ e solução de seus problemas. No decorrer das entrevistas constatamos que de fato, para muitos dos entrevistados o trabalho aparecia como uma porta de saída para diversas situações hoje enfrentadas por eles. Embora não seja a preocupação prioritária atualmente é algo que eles esperam conquistar no futuro.

Câmera – as narrativas sobre o mundo do trabalho

Durante as gravações, questionamos aos estudantes se algum deles havia tido alguma experiência de trabalho, dois deles responderam que sim. Sabíamos que no momento da pesquisa nenhum deles trabalhava devido ao fato de estudarem em tempo integral e alguns residirem no campus.

Embora não tivessem ainda tido nenhuma experiência de trabalho remunerado, os demais estudantes contaram que gostariam de exercer uma profissão logo que possível. Alguns deles pensavam em trabalhar antes mesmo de terminar a faculdade, mesmo que fossem estagiários, bolsistas ou trabalhar em meio período. Embora todos concordassem que a Educação Profissional iria ajudá-los no ingresso no mercado de trabalho futuramente, nem todos estão seguros de que irão permanecer exercendo a profissão que

³⁵ Usamos a expressão *liberdade* no sentido de independência, possibilidades de escolhas, autonomia, escolha pelo seu modo de agir e responsabilidade pelos próprios atos.

estão aprendendo no Instituto.

Isto reforça o que diz Ramos (2010) quando afirma que a finalidade da educação integrada que tem o trabalho como princípio educativo não é necessariamente profissionalizante. Porém, esta finalidade se impõe na educação brasileira por algumas razões, sendo uma delas de caráter econômico, dado que a maioria dos jovens da classe trabalhadora têm dificuldade de traçar uma carreira escolar em que a profissionalização seja um projeto posterior à educação básica.

Além do aspecto econômico, Dubar (2012) ao tratar de trabalho nos diz que as atividades laborativas dão sentido à existência individual e quer sejam chamadas de “ofícios”, “vocações” ou “profissões”, essas atividades não se reduzem à troca econômica de um gasto de energia por um salário, mas possuem uma dimensão simbólica em termos de realização de si e de reconhecimento social. Tal afirmação é reforçada nas narrativas dos (as) estudantes quando dizem:

“Um LGBT, um gay que depende de si mesmo tem o seu dinheiro ele é tratado de uma maneira totalmente diferente de todos ao seu redor. Seja de amigo a inimigo. Um gay quando ele tem o seu dinheiro ele tem o seu emprego ele se torna mais respeitado por ele tá ali, sendo um gay, entendeu? Então se você pegar um gay que depende dos pais e outro que tem o seu emprego, tem sua casa, o que depender dos pais vai sofrer o dobro de preconceito do que o que tem sua casa, que trabalha pra si mesmo, porque um gay hoje em dia pra ser respeitado realmente ele tem que ter o seu, tem que batalhar pra ter o seu, pra mostrar pra sociedade que um gay pode, um gay consegue ser um advogado, ser um juiz, ser um médico e viver com seu dinheiro não depender de ninguém acho que isso faz total diferença”. (Estudante C)

“Assim, eu num, num tenho assim muito...muito o que falar sobre isso, mas tipo assim, o trabalho em si ele é importante pra todo mundo, mas pro LGBT eu acho que tipo, é como se fosse uma conquista, é uma batalha que você vai tá quebrando, pra sociedade em si porque tipo desde cedo todo mundo fala: “ ah... que...que você, tipo, muitas vezes eu já vi que têm pessoas que são negativas que fala assim: você acha que vai conseguir isso? Que num sei o quê... e que tipo fica dando negatividade pra vida daquela pessoa e tipo eu acho que tipo assim pra um LGBT em si você ver tudo aquilo, aquele poço de negatividade perto de você, envolta de você e você chega assim: ah terminei meus estudos, agora foco na minha faculdade e conquisto o emprego que eu quero, aquele diploma tem um significado maior do que pra outras pessoas”. (Estudante D)

“Trabalhar pro LGBT significa muita coisa, significa empoderamento, cê vai ter, é... uma forma de você calar, é, uma pessoa que vem é... diminuir a pessoa, por isso que esse é um dos motivos que eu estou aqui estudando pra ter uma vida melhor, ter a vida que eu sempre sonhei e quando as pessoas vim falarem de mim ou falar de qualquer LGBT eu ir lá e calar a boca dela, dizer, que não é isso, que eu posso sim vencer na vida, que consegui trabalhando de forma honestamente”. (Estudante E)

“Eu quero ter minhas coisas com meu próprio suor, com meu próprio dinheiro, porque assim vou mostrar pras pessoas que falam de mim pelos cantos, mostrar que eu consegui, tô aqui, tô trabalhando, não tô dependendo de ninguém (...) quero ser professor, ganhar meu dinheirinho, dependendo se eu não conseguir me formar, mas trabalhar em alguma coisa o que for, secretário, o que for e ter meu dinheirinho né? De ajudar minha mãe que ela me ajudou muito... além de mostrar pras outras pessoas, de jogar na cara, que eles jogavam em mim, quem eu sou de verdade.”(Estudante B)

Percebemos com essas narrativas a importância e o significado que o trabalho tem para estes jovens não apenas economicamente, no sentido de ter um salário ou de realizar seus desejos de consumo, mas para eles o trabalho se torna um escudo, dá a eles o poder e a liberdade para serem quem são. Para eles, as conquistas relacionadas à educação e ao trabalho significam *"mais do que para outras pessoas"* pois vêm carregadas de superação, além de lidar com todas as questões pessoais que envolvem sua sexualidade, ainda precisam lidar com o desafio de enfrentar um meio externo preconceituoso, hostil e por diversas vezes excludente.

O trabalho também segundo algumas das falas presentes nos relatos, é a única coisa que pode fazer com que eles falem abertamente de sua orientação sexual diante da família. Isto fica claro, por exemplo, na fala do estudante B: *“ Ah, não vão saber nunca, que eu não vou contar. Eu só vou contar quando eu tiver trabalhando. Aí quando eu tiver trabalhando que eu tiver minha casinha... aí eu conto.”*. Muitos veem amigos que passam pela mesma situação de viver sua sexualidade escondido da família e, por isso, pensam em contar somente após conseguirem um emprego:

“Eu conheço um, tive um colega aqui que ele não é, pra família ele não era assumido, mas pros amigos dele ele é assumido, e onde ele sempre pediu foi que não contasse à família dele que ele é... e hoje ele se formou, conseguiu entrar na Universidade sem demonstrar pra fam..., a família deve saber, porque toda, toda família sabe do, do seu filho, todos os pais sabem do seu filho,

mas só que não têm a certeza, então ele optou pra não ficar sabendo e só contar é, quando ele tivesse trabalhando, ganhando o próprio dinheiro dele e não tivesse mais morando com os pais”.(Estudante E)

A relutância em assumir a sexualidade diante da família vem cercada por alguns medos. Um deles é o de não ter como sobreviver sem auxílio financeiro ou mesmo com o risco de não poderem mais voltar pra sua casa:

“Eu penso que seja um medo dos pais é... expulsarem de casa e ficar desabrigado, não ter pra onde ir, outros é outras pessoa da família também não querer ajudar porque tem, tem pais “que faz”, tem coragem de fazer, tem outros que não. O meu mesmo ele diz, sempre falou que se eu fosse, se eu fosse gay ele não ia me ajudar, não ia me ajudar, mas sempre rolou história com meu nome, na cidade onde eu morava e foi onde eu num aguentei mais e falei, eu achei melhor falar, ele ter a certeza do que eu sou e tava decidido, se ele num quisesse mais eu saía de casa e ia trabalhar, ganhar minha vida, foi quando ele disse assim, que me expulsar de casa ele não iria, mas só que ele não ia me dar, parar de me dar as coisas, eu falei bem assim: tá certo. Criei coragem e fui é,... peguei o caminho de casa, é, da rua, fui trabalhar, é... trabalhei, é... minha mãe falou que não mudaria em nada, ia continuar sempre me ajudando porque era sempre filho dela, mas só que ele realmente ele parou de me dar as coisas”.
(Estudante E)

Assumir uma sexualidade, viver de uma maneira diferente da que é dita normal e correta traz muitas consequências na vida dos que escolhem ir por um caminho diferente daquele que nos foi culturalmente imposto. Butler (2002) diz que “a abjeção de certos corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia”.

Nesse sentido percebemos que para o LGBT o ingresso nas atividades econômicas torna-se um meio de tirá-los dessas regiões sombrias, por assim dizer, e se configura como um momento de grande importância nas suas vidas, que os encoraja a tomar decisões que mudam sua vida e a forma como se posicionam socialmente e em suas famílias.

Alguns estudantes ainda nos falam do preconceito que existe no mundo do trabalho em relação ao gênero e como isso os deixa em desvantagem em relação às outras pessoas no momento de uma seleção para uma vaga de trabalho:

“Porque muitas vezes um gay quando vai entregar currículo aí a gerente da loja diz que não tem vaga, mas só que tem. Diz que não tem vaga pra não contratar entendeu? Ou então pra não dar esperança, até pra mostrar mesmo que ali não é o lugar dele por ele ser gay ou lésbica ou bi e assim por diante”. (Estudante C)

“Eu particularmente, tipo assim eu vejo que na minha área não tem tanto preconceito como tem nas outras, porque tipo, se eu chegar hoje pra uma empresa de grande porte e eu for pedir um emprego dar meu currículo, eles vão deixar lá embaixo em cima de montanhas. Eu posso ter o melhor currículo, mas quando eles falarem assim: ah, é do mundo LGBT, eles podem sim ter um belo de um preconceito”. (Estudante D)

“Assim, no trabalho eu acho que cada um tem que respeitar, porque é um, muito preconceito, porque exemplo, uma pessoa, ou eu exemplo, chego normal, normal, aí a pessoa não percebeu que sou gay, que eu sou LGBT, mas descobre depois, é demitido, mas quando vai ver, qual foi o motivo? Nada. Não chega atrasado, nada. Por causa de preconceito porque a pessoa é LGBT. Agora aquelas pessoas que vai, já mostra, já diz, é desclassificado, diz que não tem vaga. Eu acho isso muito preconceito, muito preconceito besta, besta, besta. O povo brasileiro tem que parar com isso, a sociedade, o povo é muito besta gente! Não vai, não vai trabalhar por causa disso e disso e daquilo, aí não se transforma, rapa o cabelo pra ir trabalhar. Eu sei que tá muita dificuldade de arranjar emprego, mas cê tem que ser você mesmo”. (Estudante B)

Alguns fragmentos dessas narrativas reforçam o pensamento de Bauman, (2005) sobre a exclusão das minorias. O autor afirma que se alguém foi destinado à subclasse porque abandonou a escola, ou por ser sem teto, ou membro de outras categorias excluídas da lista oficial dos que são considerados adequados e admissíveis, então qualquer outra identidade que essa pessoa possa ambicionar ou lutar para obter lhe é negada a priori.

Mesmo quando conseguem um emprego, alguns ainda esbarram em outro preconceito de gênero que ronda o mundo do trabalho: o da divisão do exercício do trabalho em dois sexos biológicos. Para Santos (2019) algumas profissões

tradicionalmente (e equivocadamente) ainda são consideradas como femininas ou masculinas, reforçando dessa maneira uma cultura sexista e injusta.

“Então quando eu comecei a trabalhar foi... eu tinha 16 anos, foi num restaurante. É... me aceitaram, é... me assumi, falei que era gay, falei a situação, o motivo que eu estava trabalhando é..., botaram num, era um restaurante mas só que era um restaurante ele era um ponto turístico, aí tem uma ,uma loja de turismo e aí eu comecei a trabalhar lá. Aí queria que eu fizesse, como que por eu ser gay queria que eu fizesse trabalho de mulher e achavam que ia ser mais fácil, é... não foi totalmente assim eu não aceitei o que eles queriam, colocaram pra mim, falei bem assim : “ Não. Eu tô aqui pra fazer isso eu vou fazer isso. “Não deixei eles tentar é..., subir em cima de mim por minha opção sexual, aí foi onde me transferiu, botaram eu pra outro setor, foi quando eu passei a ser garçom”. (Estudante E)

Esta narrativa reforça a afirmação de Adelman (2003, p.83) quando diz que

Muitos valores subjetivos e avaliações estão embutidos nessa divisão-sobre aquilo que um homem ou uma mulher pode ou deve fazer. Pessoas com uma ambiguidade de gênero poderiam causar confusão e sentir rejeição, por não se encaixarem facilmente nos nichos que existem no mercado de trabalho.

Butler (2018) diz em relação a isso que a exigência da identificação com o gênero/sexo binário faz com que outros tipos de identidade não possam existir, regulando assim a forma e o significado da sexualidade e tornando abjetos os corpos dos sujeitos que diferem da norma. Louro (2001) afirma que é impossível lidar com a multiplicidade sexual e de gênero apoiados em esquemas binários. Percebemos com essa narrativa, as barreiras encontradas pelo LGBT para conseguir uma posição no mercado devido a uma estrutura heterossexista que ainda classifica as profissões em masculinas e femininas, norteadas muitas atitudes no mundo do trabalho e excluindo aqueles que não se identificam com essa classificação binária (SANTOS, 2013; SANTOS, 2019).

A partir dos fragmentos das narrativas contidas nesta pesquisa, constatamos discursos que exemplificam o que foi teoricamente apontado pelas autoras presentes na revisão de literatura que fizemos. Entretanto, destacamos que em nossa análise as categorias mais recorrentes foram medo, liberdade, respeito e trabalho.

O medo de assumir-se diante da família, da sociedade, o medo de perder oportunidades de trabalho ou ainda de trabalhar, mas não ter reconhecido seu devido valor. O medo que por vezes ocupava o lugar da liberdade tão desejada por todos em

cada fala. A liberdade que de forma unânime foi considerada alcançável pelo trabalho. A liberdade para viver a sua vida como sonha, como quer, foi encarada em suas falas como sinônimo de conquista, realização, reconhecimento e dignidade. Mas ela só será alcançada pelo trabalho, não por qualquer trabalho, mas por um trabalho fruto, direto ou indireto, da realização acadêmica. O trabalho compreendido por eles dependia de seus esforços para concluir os estudos e aprender uma profissão.

Em meio a tantas narrativas fica ainda a certeza da luta de cada um pelo respeito dentro de casa, na escola e no esperado mundo do trabalho. Respeito que eles tiveram por si mesmos quando se reconheceram, se aceitaram e libertaram seus corpos para “ser quem são”. Respeito que conseguem dia após dia na escola por amigos e professores e onde se sentem livres, autênticos e cheios de esperança e que esperam conseguir ainda mais na sociedade.

Se por um lado algumas palavras sugerem questionamento, por outro lado nos revelam novas perspectivas dos jovens entrevistados que seguem otimistas de que seu futuro depende apesar de tudo, de seu esforço e dedicação aos estudos.

Durante nossa pesquisa os estudantes foram questionados diante das câmeras, mas conscientes ou não, suas respostas provocaram também reflexão para os que estavam longe das câmeras, ou seja, para os que ouviram suas narrativas através do documentário.

Ação: a exibição do documentário

Após a finalização das gravações, em outubro de 2019, passamos a realizar a edição das imagens, correções e exibição para a orientadora. Dirigimo-nos depois, em fevereiro de 2020, em novo ano letivo ao campus São Cristóvão, previamente agendado com as servidoras da equipe multidisciplinar, e exibimos o documentário para os participantes da pesquisa³⁶. Nesse primeiro momento pudemos ouvir dos narradores suas opiniões sobre o resultado final e depoimentos sobre a experiência de participar da pesquisa.

Na mesma semana, fomos mais uma vez ao campus e exibimos o documentário para outro público, formado pelos alunos do primeiro ano do curso de Agroindústria,

³⁶ O documentário pode ser acessado através dos links:
<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/568184>
<https://www.youtube.com/watch?v=18hd6C4tLTo&feature=youtu.be>

recém-chegados ao Campus São Cristóvão. A turma era composta por 55 alunos dos quais 53 estavam presentes.

Por se tratar de um documentário, realizamos essa exibição durante uma aula de artes, de maneira que os alunos pudessem ter o entendimento de que documentários também são formas de expressão artística. Para isso entramos em contato com a professora da disciplina, que se mostrou de acordo e entusiasmada com a ideia.

Pela manhã reunimos os alunos no auditório do Campus, onde nos apresentamos e explicamos do que se tratava a aula e o documentário, contando como ele foi realizado a partir da pesquisa do mestrado. Estavam presentes, além dos alunos da referida turma, a Técnica em Assuntos Educacionais do NAPNE, a psicóloga da Instituição juntamente com a estagiária em psicologia, um aluno participante do documentário e a professora da disciplina de Artes.

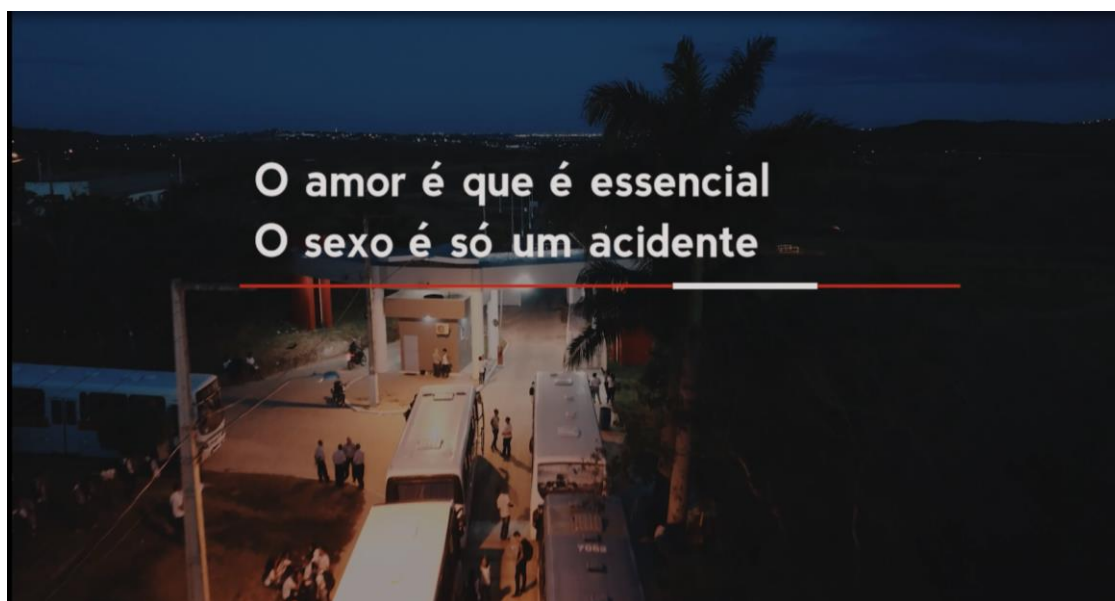
Figura 9: Abertura do documentário



Fonte: Print Screen do documentário elaborado pela autora.

Santos, Gurgel e Augusto (apud Bergala, 2018) trazem que o cinema possibilita outras formas de inteligência, de iniciativa e modos de expressão, em um processo de projeção, identificação e diferenciação, no qual o espectador vive as emoções. Nesse sentido observamos durante a exibição, os olhares dos alunos às narrativas ali apresentadas. Alguns estavam emocionados, outros mostraram certo espanto ao reconhecerem um ou outro rosto exibido na tela. Todos permaneceram muito concentrados do início ao fim.

Figura 10: Cena do documentário



Fonte: Print Screen do documentário elaborado pela autora.

Após a exibição deixamos o espaço aberto às perguntas, opiniões, dúvidas ou qualquer colocação sobre a temática do documentário, objetivando que espontaneamente surgisse um debate a partir das opiniões apresentadas. Surgiram algumas perguntas de alunos e um depoimento da professora, que se emocionou ao ver e ouvir no documentário os relatos de seus ex-alunos. Ela nos falou sobre a importância de o professor conhecer as questões de gênero que, segundo ela, não passam longe da sala de aula, mas ao contrário, estão cada vez mais inseridas no cotidiano escolar. Durante a conversa alguns alunos retrataram que ainda não haviam tido qualquer experiência de trabalho, por isso nunca tinham parado para pensar sobre o tema, mas naquele momento perceberam que o preconceito contra o LGBT vai além dos muros da escola.

Um aluno narrou suas experiências pessoais em relação ao preconceito sofrido ao longo de sua vida escolar por ser gay. Outra aluna nos contou que se identificou com o documentário, pois em sua família há uma pessoa próxima que só assumiu sua orientação sexual para a família quando conseguiu se estabilizar no emprego.

Em relação à avaliação do produto educacional, optamos por realizar uma avaliação de cunho qualitativo a partir da elaboração de um questionário com três questões abertas. Dessa forma, além das impressões sobre o documentário ouvidas durante a discussão posterior à sua exibição, teríamos suas opiniões e relatos dessa experiência registrados por escrito. Percebemos assim o quanto os relatos de vida são

capazes de produzir reflexões bem como despertar uma nova visão da realidade apresentada.

Figura 11: Exibição do documentário



Fonte: Acervo próprio

Figura 12: Exibição do documentário



Fonte: Acervo próprio

Percebemos que esta não é uma realidade distante dos jovens, tampouco algo a que eles são indiferentes. Alguns alunos não quiseram se expressar verbalmente durante as discussões, porém deixaram suas opiniões abertamente por escrito nas respostas dos questionários.

Em suas respostas notamos que foram revelados discursos que usualmente não encontrariam espaços para se manifestarem senão em ocasiões como essas. Lemos os relatos de alunos que se identificaram com o documentário, pois estavam ingressando no IFS não apenas com o desafio de viver uma nova realidade escolar, mas também com o medo de assumir sua sexualidade em um meio ainda desconhecido. Para estes alunos a aula foi, em suas palavras, *“um conforto”, “algo importante demais”, “um alívio de ver que não era o único”*.

Outros estudantes relataram por escrito que entenderam naquela aula que era preciso *“ir além do respeito, mas ajudar de alguma forma”, “separar a sexualidade do desempenho no trabalho”, “valorizar mais essas pessoas que vivem coisas que eu não imaginava.”*. Em outra resposta do questionário, uma estudante dizia que estava espantada em ver rostos conhecidos no documentário sem nunca ter pensado antes que eles poderiam ter mais dificuldade no mercado de trabalho do que ela. Em suas palavras: *“às vezes a gente acha que porque a gente tá na mesma escola todo mundo vai ter a mesma oportunidade de trabalho. A gente nem percebe que isso acontece porque a gente acha que não tem preconceito e só isso tá bom, mas eu percebi que falta empatia pra gente se colocar no lugar do outro.”*

Esses relatos consolidaram que de fato LGBT e Mundo do Trabalho é um tema importante de ser levado à sala de aula, pois pela conscientização desses alunos e futuros profissionais, teremos maiores chances de ter futuramente uma sociedade diferente, com mais empatia e mais justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Voltar para casa nunca é igual"

(Ana Cecília, psicóloga do campus São Cristóvão).

As dificuldades enfrentadas no dia a dia pelas pessoas LGBT passam pela família, pela escola e chegam também ao ambiente de trabalho. Dificuldades de ingresso e permanência dessas pessoas nas atividades profissionais são realidades que ocupam ano após ano estatísticas e ainda pouco se fala a respeito.

Nosso país possui um sistema educacional formal voltado para o mercado de trabalho, lugar onde estatisticamente faltam mais oportunidades de educação e emprego para os grupos considerados minorias.

É notável que a falta de acesso à educação traz consequências no futuro profissional. Se por algum motivo a população LGBT não encontra espaço no ambiente educacional, consequentemente também não encontrará no mundo de trabalho. Porém, há outra realidade onde pessoas preparadas para o exercício das profissões não conseguem exercê-las pelo fato de serem declaradamente LGBT.

Considerando algumas estatísticas pesquisadas que mostram que o ingresso no mundo do trabalho ainda é um desafio a ser enfrentado pelas pessoas LGBT e considerando o trabalho como princípio educativo da Educação Profissional e Tecnológica, esta pesquisa buscou o aprofundamento no tema gênero e trabalho através de entrevistas narrativas com alguns os estudantes LGBT. Tivemos como objetivo *conhecer as perspectivas de futuro desses alunos em relação ao mundo do trabalho e o papel desempenhado pela EPT em suas trajetórias de estudantes do ensino médio.*

Objetivando também a criação de um produto educacional que incentivasse o debate sobre as questões de gênero e trabalho na EPT, desenvolvemos um documentário que narra justamente as perspectivas dos alunos LGBT em relação futuro profissional e sua visão acerca de ser um aluno LGBT no IFS.

Os objetivos específicos da pesquisa foram atingidos de forma satisfatória. Ao realizarmos as entrevistas foi possível *conhecer as motivações existentes nos alunos LGBT para ingresso e permanência na Educação Profissional e Tecnológica.* A maioria deles acreditava, quando de seu ingresso, que esta seria uma forma de facilitar o acesso

ao mercado de trabalho e que a EPT tinha um valor positivo no currículo escolar e profissional.

Nos relatos também foi possível *verificar se existem situações de desigualdade e preconceito em torno dos alunos LGBT do IFS*, e notamos que embora alguns narrem ter sofrido atos preconceituosos inicialmente, com o passar do tempo e a partir do respeito mútuo, ao contrário de se sentirem vítimas de preconceito eles se sentiram respeitados e mais livres dentro do Instituto do que em suas próprias cidades.

Também foi possível identificar se *suas perspectivas em relação ao mundo do trabalho estão relacionadas à EPT*, sendo observado que embora todos concordem que a Educação Profissional e Tecnológica seja uma porta de acesso ao futuro no mundo profissional, nem todos têm a certeza de que irão optar pelo exercício da profissão que estão aprendendo no Instituto. Alguns pensam em futuramente fazer uma faculdade visando o exercício de outra profissão, mas todos têm a perspectiva de serem bem sucedidos em suas escolhas devido ao ensino de qualidade ministrado pelo Instituto.

A partir desses relatos foi possível também *criar um documentário no qual se apresentaram narrativas dos alunos LGBT do IFS com suas trajetórias de conquistas, enfrentamentos e perspectivas de futuro de modo que sirva de instrumento didático para futuros debates e reflexões sobre as questões de gênero*.

O documentário como produto educacional foi uma parte muito rica da pesquisa pois possibilitou dar voz aos sujeitos envolvidos e evidenciar situações que por vezes passam encobertas ou despercebidas pela sociedade. Vimos também a importância de se trazer o tema para as escolas, especialmente em um formato audiovisual, por proporcionar uma dinâmica diferente em sala de aula e possibilitar um processo de ver, ouvir e refletir a partir de uma situação narrada por sujeitos reais e com o cotidiano e linguagem próximos aos dos estudantes.

Notamos que o documentário reúne alguns fatores que possibilitam que os espectadores de certa forma alcancem a realidade apresentada. Além das narrativas presentes, as imagens, linguagem, texto, luz, silêncios e sons tocam e geram reflexão.

Percebemos que a subjetividade da pesquisadora e dos narradores se fizeram presentes no documentário ressignificando a realidade pesquisada, seja na escolha dos temas da entrevista, seja nos elementos e falas que compõem as narrativas e a edição.

Produzir este documentário foi como colher o fruto de uma pesquisa, mas ao mesmo tempo percebemos que mais pesquisas podem continuar como fruto do documentário. Descobrimos também que o trabalho tem de fato um significado muito

forte. Não se trata apenas de dignificar, mas de dar ao humano condições de vida. Entendemos que para esses/as estudantes viver é poder fazer suas escolhas sem medo. Descobrimos que para alguns deles o medo não começa apenas quando se trata de conseguir ou não um emprego, mas o medo começa ao sair de casa e não saber como voltará, ao entrar na escola e não saber como será recebido e ao chegar à sua casa e não poder se expressar. Enfim, foi uma pesquisa cheia de reflexão, descobertas e beleza, tudo isso através das narrativas que nos inspiraram a buscar cada vez mais um mundo justo, diverso e autêntico.

A aproximação dos/das estudantes durante a pesquisa nos fizeram não apenas aprender sobre a teoria, mas apreender uma nova realidade. Não se tratava apenas de sujeitos e universo de pesquisa, mas da aproximação de uma realidade que grita para ser transformada não apenas no mundo do trabalho, mas na família e na escola, assim entendemos que todos nós que fazemos a escola e que fazemos parte de uma família temos em nossas mãos ferramentas de transformação social.

Encontramos nisso a beleza do documentário como forma de arte que possibilita a presença da diversidade de vozes em todos os momentos de sua composição, entrelaçando diversos pontos de vista e permitindo sempre novas perspectivas, novas influências, significados e experiências a cada vez que é visualizado, sempre trazendo a realidade na tela e instigando vir à tona a realidade de cada um a partir da reflexão e debate. De acordo com os depoimentos colhidos durante a exibição, o documentário teve êxito em relação à mensagem transmitida sobre o trabalho e o LGBT bem como sobre o papel do Instituto na vida de cada um.

A validação dos resultados da pesquisa através da exibição do documentário, promoveu o encontro entre as pessoas que vivem a problemática ali retratada e outras que não tinham o conhecimento de tal realidade. Isso favoreceu a construção de laços de empatia, respeito e solidariedade no enfrentamento das questões de injustiça e preconceito presentes na escola e no mundo do trabalho. Possibilitou também, trazer para a Educação Profissional e Tecnológica o tema do trabalho e do gênero de uma forma pouco apresentada para os estudantes, ou seja, a partir da narrativa de outros alunos e alunas sobre suas vivências em relação a essas questões.

Acreditamos que as discussões e o compartilhamento de saberes presentes nas narrativas contribuem para que possam repensar práticas na educação e no mundo do trabalho e quem sabe repercutir em políticas públicas ou formação de grupos interessados na resolução dos problemas ali discutidos.

Um possível prosseguimento deste trabalho seria a partir dessa pesquisa desenvolver outras com foco nos alunos egressos, como forma de acompanhar e avaliar em médio prazo sua inserção e vivência no mundo do trabalho e a importância da Educação Profissional e Tecnológica no decorrer de sua trajetória como profissional.

Esperamos por fim, que esta pesquisa e este produto educacional possam sensibilizar mesmo que minimamente e gerar compromisso com uma mudança social. Além disso, esperamos também que seja possível oferecer subsídios para superar as barreiras presentes no cotidiano escolar e profissional, resultantes da construção de um sistema social binário, restritivo e excludente, e que a EPT ao contrário de reproduzir os estereótipos e preconceitos existentes no mercado de trabalho, possa intervir positivamente nas escolhas e preparação para o futuro profissional de seus alunos de acordo com seus desejos, escolhas, motivações e formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. *Travestis e Transexuais e os Outros: Identidade e Experiências de Vida*. Niterói: UFF, 2003.

ANDIFES. V **pesquisa nacional de perfil sócio econômico e cultural dos graduandos das IFES 2018**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

ARROYO Miguel Gonzáles. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03 de jul. de 2019.

BARBIER, René. *A pesquisa-Ação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BARBOUR, Rosaline S. **Grupos focais**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Parecer CNE/CEB nº 11/2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 de jul. de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. **Projeto Político Pedagógico Institucional**. Aracaju, 2014. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/proen/images/Documentos/Documentos_Internos/PPPI.pdf. Acesso em: 21 de jul. de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. **Projeto Político Pedagógico Institucional**. Aracaju, 2019. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2019/CS_31__Aprova_o_Plano_de_Desenvolvimento_Institucional_-_PDI_2020-2024.pdf Acesso em: 12 de fev. de 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União, 2008ª**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 15 de nov. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília, 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em; 20 de mai. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar**. FIPE/INEP, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 20 de set. de 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação profissional e tecnológica. **Resolução nº38/2018/CS/IFS**. Aprova o regulamento do uso do nome social e dos espaços segregados por gênero no âmbito do IFS. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/diversidade-de-genero-DIAE>. Acesso em: 28 de out de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Deliberação nº 09/2017/cd/IFS**. Aprova o Programa de combate à Intimidação Sistemática no IFS. Disponível em: <https://sigrh.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?arquivo=12452&key>. Acesso em 28 de nov. de 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Violência LGTBfóbicas no Brasil: dados da violência** – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia/view. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo, v. II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. Nova York: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. **Regulações de gênero**. *Cad. Pagu* [online]. 2014, n.42, pp.249-274.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Pesquisa-Ação em mestrados profissionais: análise de pesquisas de um programa de pós-graduação em ensino de ciências e de matemática. **Cienc.Educ.**, Bauru, v.23, p.789-808, 2016.

DEMO, Pedro. Pesquisa social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008. Disponível em : http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Demo-Pesquisa_Social.pdf. Acesso em: 25 de jun. de 2018.

DUAS em cada dez empresas se recusam a contratar homossexuais no Brasil. **Carta Capital**. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/duas-em-cada-dez-empresas-se-recusam-a-contratar-homossexuais-no-brasil-1703/>. Acesso em: 15 de mai. De 2018.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional.

Cadernos de Pesquisa v.42 n.146. p.351-367 maio/ago 2012.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. Trad. Catarina Matos. Portugal: Edições Afrontamentos, 2006.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. 2002. 241 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012>. Acesso em: 22 de jul. de 2018.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES Julian; É preciso estar atento (a) e forte: Histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: Leonardo Nogueira; Erivan Hilário; Thaís Terezinha paz; Kátia Marro. (Org.). **Hasteemos a bandeira colorida. Diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 01 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018, v.01, p.231-262.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso em 07 de nov. de 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

FRIGOTTO, G. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, Histedbr, 2005

GOMES, B. FAHEINA, C. KER. J. **No ensino superior o espelho de exclusão das pessoas trans**. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

IERVOLINO, Solange Abrocesi; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de**

Enfermagem da USP, v. 35, n.2, p.115-21, jun., 2001.

IFS. Institucional. **Breve histórico**. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/institucional>. Acesso em: 05 de nov. de 2018.

IFS. Institucional. **Sobre o campus**. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/institucional>. Acesso em: 05/11/2018.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; FREITAS, Maria Ester. Estratégia de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. **Revista Psicologia Política**. V.13, n.26, p.75-92, jan/abr 2013.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. Identidades sexuais Não-Hegemônicas: A Inserção das travestis e transexuais no Mundo do Trabalho sob a ótica Queer. In: **VI Encontro de estudos Organizacionais da ANPAD**. Florianópolis, 2010.

IRIGARAY, Hélio Artur Reis. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. **Organizações e sociedade**. V.18, n.59, p.625-641.

JOSSO, Marie-Christine. Os relatos de histórias de vida como desvelamento dos desafios existenciais da formação e do conhecimento: destinos sócio-culturais e projetos de vida programados na invenção de si. In: ABRAHÃO, Maria Helena; SOUZA, Elizeu Clementino de. (Orgs.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p.21-40.

JOVCHELOVICH S, BAUER MW. **Entrevista Narrativa**. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002 p. 90-113.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2 ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documento de pesquisa. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Martin W. Bauer, George Gaskell (orgs.); trad. Pedrinho A. Guareschi.-9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação – Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Viajantes pós-modernos. In: LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes; **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Proposições**, v. 19, n.2 (56). maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2019.

MAIA, Flavia. **Empresas brasileiras ainda têm resistência para empregar transexuais** Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/05/17/interna_cidadesdf,532183/empreendedores-do-df-ainda-tem-resistencia-para-empregar-transexuais.shtml.

Acesso em: 03 de janeiro de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Ano 23, Vol.2, 2007.

NICHOLLS. Bill. **O que é documentário. Introdução ao documentário**; tradução Mônica Saddy Martins. - Campinas, SP: Papirus, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12.ed. Campinas, SP: Pontes Livros, 2015.

PINO, Aline Muras de Oliveira. **Diversidade sexual e educação: uma relação de desafios e possibilidades**. Natal: IFRN, 2017.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. **Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler**. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p.155-167, 2002.

RAMOS. F.P. A Encenação Documentária In: **XI Estudos de Cinema e Audiovisual SOCINE** ed. São Paulo: Socine, 2010, p. 75-84.

RAMOS, Marise. **Concepção de ensino médio integrado**. Disponível em: http://forumaja.org.br/go/sites/forumaja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 13 de mar. de 2019.

RAMOS, Marise; Ensino Médio Integrado: Lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**/Adilson Cesar Araújo e Cláudio Nei Nascimento da Silva (org.) - Brasília: Ed.IFB, 2017.

RAMOS. Marise. Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional. Rev. **Educação & Realidade**, V.35, nº1, p.65-85. jan/abr 2010.

REIS, Toni. EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017

SANTOS, Elza Ferreira. Educação profissional, subjetivação e gênero: um estudo a partir do Instituto Federal de Sergipe. In: VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão-SE, 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_03/PDF/12.pdf. Acesso em: 07 nov. 2017

- SANTOS, Ieda Fraga. Estudo de relações de gênero e educação profissional: desconstruindo estereótipos para promover equidade./ Ieda Fraga santos- Aracaju, 2019.
- SANTOS, Mariana Olívia Santana. DANTAS, Idê Gomes. GURGEL, Lia Giraldo da Silva Augusto. Documentário e cinedebate como estratégia de pesquisa-ação em saúde: comunicando perigos, construindo saberes, promovendo saúde. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, 20(2): 129-139, abr-jun, 2018.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e realidade**, v 20, n 2. Porto alegre, 1995.
- SEPULVEDA,D.;SEPULVEDA, J.A. Práticas Conservadoras: suas influências nas tessituras identitárias de gêneros e sexualidades. Rev. **Periferia- educação, cultura & comunicação**. V.9n.2 jul-dez 2017.
- SOUSA, M. G.; CABRAL, C. L. O. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 149-158, jul. /dez. 2015. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/149>. Acesso em: 08 de mai. de 2019.
- SOUZA, Francisco das C.S.; SILVA, Silvia Helena dos. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. **RECEI - Revista Ensino Interdisciplinar**, v. 2, nº. 05, Julho/2016 UERN, Mossoró, RN. Disponível em: <http://www.periodicos.uern.br>. Acesso em:15 de out. de2018.
- STANCKI, Nanci; GITAHY, Lêda. M.C.; Gênero e divisão sexual do trabalho no Brasil. **Cadernos de gênero e tecnologia**. UFTPR; nº 8, Ano 02, p.25-47. Out/nov/dez 2006.
- TORRES, Marco Antônio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**-Belo Horizonte: Autentica editora; Ouro Preto, MG: UFOP,2010.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**-4. Ed.rev.atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

APÊNDICE A

Roteiro para entrevista semi estruturada

I - Identificação:

1. Curso:
2. Ano que se matriculou no IFS:

II - Sobre a Escola

3. Que curso você estuda IFS? Em que ano está?
4. Por que escolheu este curso?
5. Gosta do que estuda?
6. Para você, como é ser um/a aluno/a do IFS?
7. Como você se sente dentro do ambiente escolar? Sente-se à vontade e acolhido dentro da sala de aula pelos professores?
8. E com os colegas como é seu relacionamento?
9. Já sofreu alguma espécie de preconceito/bullying no dia a dia da escola? Poderia relatar?

III - Inclusão e diversidade

10. Em sua opinião o que poderia ser feito para promover a inclusão do aluno LGBT dentro das escolas?
11. Que ações o Campus tem realizado para promover e valorizar a diversidade e inclusão?
12. O que mudou na sua vida escolar ao ingressar no IFS? (Sociabilidade, aprendizado etc.)

IV - Educação Profissional

13. Que expectativas você tinha ao ingressar no IFS? E agora quais são as suas expectativas em relação ao curso?
14. De que você mais gosta aqui no IFS?
15. De que você menos gosta no IFS?
16. Que perspectivas profissionais você vislumbra no futuro? (Seus sonhos, projetos profissionais...). Como tem se preparado para isso?

17. Você acredita que a EPT pode fazer diferença na sua vida? De que maneira?

18. Que desafios você encontra sendo LGBT dentro da EPT? Você acha que são muitos desafios?

19. O que significa ser um LGBT na educação profissional?

V - Família

20. Como é a sua relação com sua família? (Pai, mãe, irmãos ou familiares que convivem em seu cotidiano)?

21. Sua família respeita a sua identidade? Você se sente apoiado e seguro no ambiente familiar para ser quem é?

22. Sua família apoiou sua entrada na EPT? Eles tinham/ têm alguma expectativa em você por ser aluno do IFS? Como você se sente em relação a isso?

23. O que significa ser um LGBT dentro do seu contexto familiar? (Como você se sente)

VI - Trabalho

23. Você já trabalhou ou trabalha atualmente? O que você fazia? Gostava?

24. Você tem planos de ingresso na vida profissional ao concluir o ensino médio? Poderia falar a respeito?

25. Você tem alguma profissão que gostaria de exercer? Porquê? Acha possível?

26. Em sua opinião, existe algum desafio a ser enfrentado pelo LGBT no mundo do trabalho? O que você pensa sobre isso?

APÊNDICE B

Nome: (opcional)

Idade:

Curso:

Série:

Questionário sobre a exibição do documentário “LGBT e trabalho: uma jornada de conquista e liberdade”

1- Você gostou do documentário exibido?

2- Na sua opinião é importante ou não falar sobre esse tema?

Por quê?

3- Você acredita que algumas pessoas têm mais dificuldade de acesso ao mundo do trabalho do que outras? O que você acha que pode ser feito para mudar essa realidade?

ANEXO

Cadastros

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA



DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Relações de gênero e educação profissional
Pesquisador Responsável: MILENE SOARES DE MEDEIROS
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 14142119.0.0000.8042
Submetido em: 20/05/2019
Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1337902

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1
 - Pendência Documental (PO) - Versão 1
 - Documentos do Projeto
 - Comprovante de Recepção - Submissã
 - Folha de Rosto - Submissão 3
 - Informações Básicas do Projeto - Subm
 - Outros - Submissão 3
 - Projeto Detalhado / Brochura Investigaç
 - TCLE / Termos de Assentimento / Justif
 - Apreciação 3 - Instituto Federal de Educaç
 - Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------



LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
PO	MILENE SOARES DE MEDEIROS	1	20/05/2019	13/06/2019	Aprovado	Não	   

HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	13/06/2019 09:18:55	Parecer liberado	1	Coordenador	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	PESQUISADOR	
PO	13/06/2019 09:18:28	Parecer do colegiado emitido	1	Coordenador	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	
PO	12/06/2019 15:16:25	Parecer do relator emitido	1	Membro do CEP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	
PO	12/06/2019 11:13:41	Aceitação de Elaboração de Relatoria	1	Membro do CEP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	
PO	28/05/2019 08:53:42	Confirmação de Indicação de Relatoria	1	Coordenador	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	
PO	28/05/2019 08:29:30	Indicação de Relatoria	1	Assessor	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	
PO	20/05/2019 17:59:39	Aceitação do PP	1	Coordenador	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	
PO	20/05/2019 17:04:00	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	
PO	20/05/2019 14:31:31	Rejeição do PP	1	Assessor	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	PESQUISADOR	Prezada Pesquisadora, Você deverá adequar o iníci Ver mais >>
PO	20/05/2019 10:34:22	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe/ IFS	

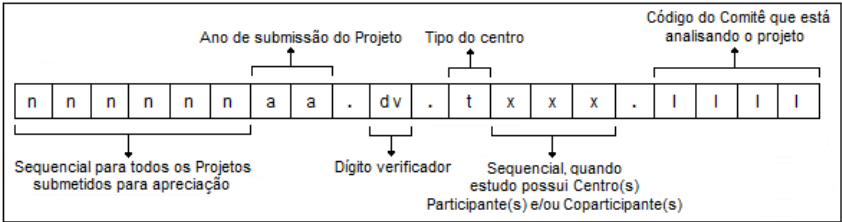


LEGENDA:

(*) Apreciação

PO = Projeto Original de Centro Coordenador	POp = Projeto Original de Centro Participante	POc = Projeto Original de Centro Coparticipante
E = Emenda de Centro Coordenador	Ep = Emenda de Centro Participante	Ec = Emenda de Centro Coparticipante
N = Notificação de Centro Coordenador	Np = Notificação de Centro Participante	Nc = Notificação de Centro Coparticipante

(*) Formação do CAAE



[Voltar](#)

Suporte a sistemas: 136 - opção 8 e opção 3, solicitar ao atendente suporte Plataforma Brasil.
Fale conosco: Clique para enviar mensagem para a Plataforma Brasil